



Paisagem, identidade e cultura:

reflexões no espaço
geográfico brasileiro

Organizadores:
Vanessa Manfio e Vinício Luís Pierozan



Organizadores

Vanessa Manfio

Vinício Luís Pierozan

Paisagem, identidade e cultura:

reflexões no espaço geográfico brasileiro



1ª Edição

Foz do Iguaçu

2021

© 2021, CLAECE

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Editoração: Valéria Lago Luzardo

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: Laura Valerio Sena

ISBN 978-65-89284-16-1

Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284161>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M276	Manfio, Vanessa Paisagem, identidade e cultura: reflexões no espaço geográfico brasileiro / Vanessa Manfio, Vinício Luís Pierozan (Organizadores). 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAECE e-Books, 2021. 95 p. PDF – EBOOK Inclui Bibliografia. ISBN 978-65-89284-16-1 DOI: 10.23899/9786589284161 1. Identidade. 2. Cultura. 3. Paisagem. I. Título. CDU: 91 CDD: 91
------	---

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Me. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Diretora Vice-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Me. Weldy Saint-Fleur Castillo
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dra. Dayana A. Marques de Oliveira Cruz
Editora-Assistente

Me. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Ma. Édina de Fatima de Almeida
Editora-Assistente

Dra. Alessandra Fontes Carvalho da Rocha
Kuklinski Pereira
Editor-Assistente

Bela. Laura Valerio Sena
Editora-Assistente

Me. Bernardo da Silva Rodrigues
Editor-Assistente

Me. Ronaldo Silva
Editor-Assistente

Ma. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Editora-Assistente

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Vanessa Manfio, Vinício Luís Pierozan</i>	
Olhares sobre a paisagem cultural na Quarta Colônia, RS, Brasil	7
<i>Vanessa Manfio, Vinício Luís Pierozan</i>	
Histórias de mulheres negras em Siderópolis nas vilas operárias: saberes, cotidiano e resistências	18
<i>Lucy Cristina Ostetto, Amanda dos Santos Vieira</i>	
Das Amébricas pro mundo: culturas negras de reexistência no solo da diáspora	32
<i>Diego dos Santos Reis, Cristiane Correia Dias, Fabiana Rodrigues da Silva, Ingrid Silva</i>	
Parque urbano linear para a cidade de Rondonópolis, um caminho verde às margens do Rio Vermelho	43
<i>Rodrigo Silva de Assis, Gilliard Siqueira Benites, Fabiane Krolow, Paula Roberta Ramos Libos, Danielle Ferraz Garcia</i>	
A cultura alemã e italiana na paisagem de Carlos Barbosa/RS: um olhar a partir da arquitetura típica	56
<i>Ligian Cristiano Gomes, Eduardo Schiavone Cardoso</i>	
Apontamentos para uma breve história da paisagem como patrimônio no Brasil	68
<i>Luciana de Castro Neves Costa, Juliane Conceição Primon Serres</i>	
A atuação dos indígenas brasileiros no processo eleitoral e a nova geopolítica da representatividade	81
<i>Pedro Lucas Gil Silva, Fernando Candido Larios Rodrigues</i>	

Apresentação

Ao longo do vasto território brasileiro verificamos uma diversidade étnico-cultural muito particular, que repercute diretamente na formação/organização da paisagem e reverbera na constituição de espaços geográficos, territórios e cria identidades paralelas ao vínculo das pessoas com o lugar. Pensar e refletir a respeito da diversidade cultural e da identidade no olhar do povo brasileiro torna-se significativo e de extrema valia para a sociedade.

Nesse sentido, a obra, intitulada *Paisagem, identidade e cultura: reflexões no espaço geográfico brasileiro*, reúne trabalhos de cunho acadêmico/científico que discutem esta temática, envolvendo o estudo/análise de diferentes paisagens e contextos identitários presentes nas diferentes regiões geográficas do Brasil, almejando contribuir com os estudos já existentes na temática da Geografia Cultural, mas também buscando despertar novas perspectivas e/ou inquietações para a análise da paisagem e cultura brasileira.

No primeiro capítulo, escrito pelos organizadores da coletânea, intitulado *Olhares sobre a paisagem cultural na Quarta Colônia, RS, Brasil*, é exposta uma análise da paisagem cultural na Região da Quarta Colônia, a partir da colonização italiana, que permitiu a materialização no espaço de diferentes formas, identidades e aspectos culturais simbólicos na região, percebidas através da religiosidade católica, no modo de vida das pessoas/descendentes, na gastronomia típica, entre outras.

O segundo capítulo, *Histórias de mulheres negras em Siderópolis nas vilas operárias: saberes, cotidiano e resistências*, de autoria de Lucy Cristina Ostetto e Amanda dos Santos Vieira, discute a cultura e o trabalho das mulheres negras que vivem em Siderópolis, estado de Santa Catarina. Este texto busca fazer uma leitura de aspectos como a estrutura familiar, as condições de trabalho, as situações de racismo, moradia, entre outros temas que são de fundamental importância no âmbito da organização da sociedade brasileira e da temática cultural.

No capítulo seguinte, *Das Américas pro mundo: culturas negras de reexistência no solo da diáspora*, de autoria de Diego dos Santos Reis, Cristiane Correia Dias, Fabiana Rodrigues da Silva e Ingrid Silva, é abordada a cultura africana no Brasil, a dança, as produções culturais e outras manifestações que acontecem nas periferias das grandes cidades.

Em seguida, o capítulo que leva o título *Parque urbano linear para a cidade de Rondonópolis, um caminho verde às margens do Rio Vermelho*, de autoria de Rodrigo Silva de Assis, Gilliard Siqueira Benites, Fabiane Krolow, Paula Roberta Ramos Libos e Danielle Ferraz Garcia, traz a discussão sobre a implantação de um parque urbano às margens do Rio Vermelho, localizado no bairro Aurora em Rondonópolis, estado do Mato Grosso. Uma paisagem urbana esquecida dentro do município, onde a sua revitalização torna-se importante para sociedade e cultura local. O tema amplia o olhar aos parques urbanos e à imbricada relação homem-natureza.

No capítulo *A cultura alemã e italiana na paisagem de Carlos Barbosa/RS: um olhar a partir da arquitetura típica*, os autores Ligian Cristiano Gomes e Eduardo Schiavone Cardoso fazem uma leitura sobre a arquitetura típica alemã e italiana presente na paisagem de Carlos Barbosa/RS. O texto expõe os códigos culturais, especialmente os expressos nas edificações que são o resultado do legado deixado pelos colonizadores italianos e alemães e que se constitui em formas de relevância histórica-étnica-cultural para o município, bem como, para toda a região.

Encaminhando-se para o fechamento da obra temos o capítulo que recebe o título *Apontamentos para uma breve história da paisagem como patrimônio no Brasil*, de autoria de Luciana de Castro Neves Costa e Juliane Conceição Primon Serres, que discorre sobre a história dos patrimônios culturais no Brasil relacionados à paisagem. Uma discussão teórica de fundamental importância para o entendimento das questões centrais da obra: cultura, identidade e paisagem.

Para finalizar a coletânea, o capítulo *A atuação dos indígenas brasileiros no processo eleitoral e a nova geopolítica da representatividade*, de autoria de Pedro Lucas Gil Silva e Fernando Candido Larios Rodrigues, faz uma abordagem sobre a cultura indígena e a sua participação no cenário eleitoral brasileiro.

A obra reúne diferentes abordagens culturais, étnicas e espaciais, elencando aspectos da paisagem cultural do Rio Grande do Sul, elementos da cultura africana e feminina em Santa Catarina e periferias urbanas, questões relacionadas aos parques urbanos esquecidos na paisagem, o patrimônio cultural e a cultura indígena e a sua organização política.

Boa leitura a todos!

Vanessa Manfio

Vinício Luís Pierozan

Olhares sobre a paisagem cultural na Quarta Colônia, RS, Brasil

Vanessa Manfio*

Vinício Luís Pierozan**

Introdução

A paisagem é um conceito muito utilizado nos estudos geográficos, pois retrata a constituição do espaço e pode ser percebida por diferentes olhares, ou seja, depende da visão e da concepção do observador, da sua posição espacial e sentimental. Desse modo, a paisagem não reside apenas de um olhar vago sobre os objetos, ela se assenta na realidade das coisas, isto é, na relação do homem para com o ambiente e o cotidiano (BERQUE, 1998).

Quanto à paisagem construída por culturas, transformadoras do espaço e que sujeitos criam elos de identificação socioespacial, se reporta ao entendimento e conceitualização da paisagem cultural. Como considera Berque (1998), a paisagem cultural é marca e matriz, enquanto marca, ela pode ser vista por um olhar, valorizada por sua utilidade e por seu padrão estético, mas enquanto matriz, ela determina esse olhar, pela percepção, consciência, subjetividade do observador. Então, a paisagem é o concreto, mais o imaterial, contido no esquema clássico de orientação sentimental e sensorial do sujeito ao visualizar o objeto (BERQUE, 1998). Portanto, a paisagem cultural é o fruto da simbiose do homem com o seu ambiente e com a realidade que o cerca, com a sua utilização e produção material/imaterial sobre o espaço vivido e notado, que a todo momento é transformado.

Diante disso, este trabalho tece discussões sobre a paisagem cultural da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul, constituída, principalmente, pelas culturas: italiana e alemã e que guarda particularidades e marcas profundas de identidade. Tendo como objetivo central de descrever e discutir a paisagem cultural da região, partindo de uma análise descritiva e com a orientação da pesquisa bibliográfica e trabalho de campo.

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Rede Municipal de Ensino de Nova Palma/RS e pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG/UFRGS). E-mail: vamanfio@hotmail.com

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Rede Municipal de ensino de Canoas/RS. E-mail: vpierozan@hotmail.com

Como caminho do artigo, o mesmo encontra-se dividido em três partes: a primeira de revisão teórica do conceito de paisagem; a segunda como ponto central da obra que trata da paisagem cultural da Quarta Colônia e a última reservada às considerações finais. Espera-se, contudo, que o trabalho venha fortalecer a compreensão das múltiplas paisagens culturais que existem no Brasil, principalmente aquelas que são heranças do processo de colonização e que ainda são salvaguardadas pelos seus descendentes e moradores atuais destes lugares.

Paisagem cultural: a noção teórica

A paisagem é um conceito de extrema importância na ciência geográfica, sendo o resultado da construção da relação sociedade e natureza, ou puramente da natureza. No contexto da paisagem cultural Sauer (1998, p. 59), destaca que “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, e a paisagem cultural o resultado”. Nesse sentido, a paisagem cultural é o “[...] produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais” (WAGNER; MIKESELL, 2003). Em função das potencialidades culturais, a paisagem adquire valor econômico, social e afetivo. Conforme Delphim:

[...] O valor da paisagem cultural decorre de sua função e de sua capacidade de reter marcas e registros antrópicos. O homem é um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal.

Numa outra visão sobre o tema, Costa e Gastal (2010, p. 6) afirmam que, “A paisagem cultural apresenta-se sob a forma de um sistema. Os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação”. E esta realidade não pode ser vista dissociada do todo, mas no entendimento que a paisagem é determinada por formas integrantes e dependentes entre si, formas que vão do natural ao cultural, do tempo passado ao presente, sendo testemunha do trabalho e da produção espacial (COSTA; GASTAL, 2010). Portanto, “A paisagem é uma chave para a compreensão do passado, do presente e do futuro” (DELPHIM, 2004, p. 5). A paisagem é a visão da construção e reconstrução do espaço em tempos e em diferentes escalas, com base na inter-relação entre os elementos e na subjetividade do observador.

A paisagem está associada à percepção e à memória de um indivíduo ou grupo social, porque mesmo sendo uma materialidade espacial visível ela exprime sentimentos e marcas culturais. Assim, “A paisagem cultural é um objeto concreto,

material, físico e factual, percebido pelos sujeitos por meio dos cinco sentidos” (ALMEIDA, 2013, p. 420). Ainda, “[...] para além da materialidade, as paisagens podem ser sonoras e de odores; e, além disso, serem paisagens da destruição, híbridas, e da exclusão” (ALMEIDA, 2013, p. 424). Então, a paisagem é o campo do visível, mas se alimenta também dos sons, do tato, dos cheiros, pois estes outros sentidos ajudam na construção da ideia da paisagem vista pelo observador.

Por outro lado, a paisagem constitui-se num documento-chave para compreender as culturas, ela é marcada pelas convicções religiosas, paixões, simbologia cultural e trabalho humano (CLAVAL, 2001). A partir da paisagem pode-se perceber as culturas, as construções e evidências das etnias sobre um determinado espaço, não apenas sobre as formas, mas acerca da cultura propriamente dita. No Brasil os processos de imigração e colonização dos diversos espaços deixaram marcas profundas na paisagem. Assim, as áreas de colonização foram transformadas pelos imigrantes e a sua construção se perpetua, em muitos espaços, com resquícios duradouros até atualidade. Como expõem Luca e Santiago (2011, p. 44), “As transformações produzidas pelos imigrantes no ambiente natural produziram uma nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural”. Ainda, para Manfio (2012, p. 35), “[...] a cultura italiana no território rio-grandense criou um cenário, além de inúmeras paisagens próprias às características das suas tradições, tentando reproduzir nesta terra a Itália, lugar de origem deste povo”. Estas paisagens culturais são a ponte para se salvaguardar a cultura e a identidade social herdada destes povos.

O interesse pelas paisagens culturais não é recente, foi um longo percurso de construção da expressão paisagem nas ciências humanas e na geografia, mas sem dúvidas, esta adquire sentido com a tendência de abordar o cultural no contexto do cotidiano da paisagem. Segundo Furlanetto e Kozel (2014, p. 217), “A paisagem, um dos conceitos mais antigos da geografia, foi um dos primeiros temas desenvolvidos pelos geógrafos alemães, franceses e americanos na perspectiva cultural”. Os estudos de paisagem, inicialmente buscavam a descrição das formas físicas do espaço terrestre. Posteriormente é que a valorização da cultura passa a ser incrementada na análise da paisagem, e, então, a paisagem cultural deixa de ser concebida como um simples objetivo e passa a ser um elemento importante, que não diz respeito apenas ao olhar e ao visível, mas as sensações vividas e sentidas pelo observador passam a ganhar destaque (FURLANETTO; KOZEL, 2014).

Quando a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) elabora a Convenção de Patrimônio Mundial, no seu Artigo Primeiro, considerando a paisagem cultural como uma obra conjugada do homem e da natureza,

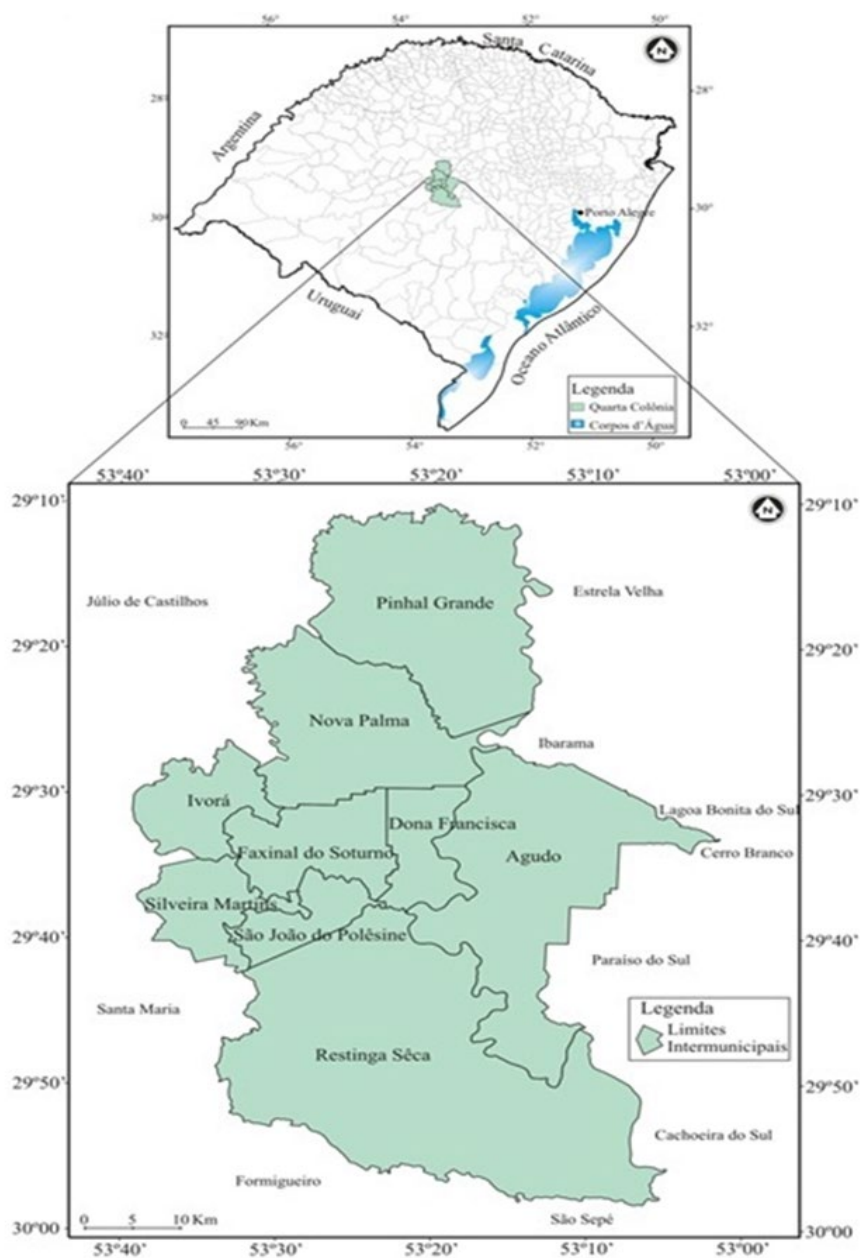
vê-se a intensificação do reconhecimento das paisagens históricas e culturais, tanto no mundo como no Brasil (ALMEIDA, 2013). Dessa forma, as paisagens passaram a associar-se ao patrimônio cultural e ganhar mecanismos de conservação e preservação. Como afirma Almeida (2013) “A paisagem contempla símbolos, significados e torna-se patrimônio e até institucionaliza-se”. Neste ponto, a paisagem é percebida como um dos elementos centrais na cultura, possível de ser interpretado, analisado e, por isso, transforma-se em objeto de políticas públicas e de políticas valorativas e de preservação, associando a cultura, a paisagem ao turismo e ao resgate histórico-cultural (ALMEIDA, 2013). Este resgate acontece devido a uma identidade e uma memória coletiva que a paisagem cultural evoca, bem como, da necessidade de investir na conservação do passado, atraído ao aspecto econômico, isto é, a paisagem como elemento do turismo.

A paisagem cultural da Quarta Colônia, RS: o resultado do trabalho dos imigrantes

A Imigração Italiana no estado do Rio Grande do Sul versa o período do final do século XIX, dos quais um dos núcleos coloniais foi a Colônia Silveira Martins, chamada também de Quarta Colônia. Esta colônia localizou-se no centro do estado gaúcho, nas proximidades da cidade de Santa Maria. A colonização italiana reproduziu o espaço local em função da cultura e do trabalho do imigrante, alterando com o passar dos anos a paisagem local e constituindo nela um caráter cultural. Com o imigrante e a partir do seu trabalho foram sendo criadas pequenas indústrias, moinhos, cantinas, bem como, construções de casas, igrejas, capitéis e a organização do espaço, cumprindo as funções respectivamente: econômica e social.

A emancipação da Colônia Silveira Martins provocou uma desintegração do território, onde partes deste foram repartidas entre os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul e posteriormente deram origem a múltiplos pequenos municípios (BOLZAN, 2011). Então, do desmembramento desta colônia surgiram os municípios de: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Silveira Martins, que passaram a compor a região-território da Quarta Colônia (MANFIO; PIEROZAN, 2019) (Figura 1). Juntamente com estes municípios integraram-se a região Agudo (colonização alemã) e Restinga Seca (colonização portuguesa), devido às questões políticas. Restinga Seca recebeu descendentes de imigrantes italianos da Colônia Silveira Martins. Conforme Oliveira (2001), Restinga Seca não faz parte do núcleo colonial da Colônia Silveira Martins, mas recebeu descendentes destes imigrantes, pelo fato de possuir condições ambientais semelhantes ao núcleo colonial e pela proximidade espacial.

Figura 1 – Localização da Quarta Colônia, RS



Fonte: Manfio (2014).

A imigração com seu ofício ligado desde o início à agricultura conferiu uma alteração da paisagem natural em paisagem humanizada, como afirma Manfio (2012, p. 36),

[...] a ocupação italiana da região central do Rio Grande do Sul, através da vinda de uma população com desejos de reproduzir sua terra de origem e proporcionar o desenvolvimento local e de suas famílias acabaram transformando o espaço natural.

Neste espaço regional se desenvolve vários aspectos que aproximam o espaço local à cultura ítalo-germânica. Entre os elementos que são uma marca da cultura estão: as casas, igrejas, capitéis, grutas, os monumentos, construções em geral, gastronomia, memórias, tradições e o vinho.

As casas antigas, construídas por imigrantes e seus descendentes, apresentam uma arquitetura semelhante aos lugares de origem destes colonizadores (Itália e Alemanha), e a utilização de materiais disponíveis como a pedra basalto e a madeira da vegetação da mata nativa. Para Manfio (2012), as casas eram grandes (espaçosas) com porões e cozinha separados; sendo o porão destinado ao abrigo dos alimentos e do vinho e seus utensílios, e a cozinha espaço de função social (Figura 2).

Figura 2 – Casa italiana preservada no espaço rural de Nova Palma



Fonte: Acervo da autora (2019).

De acordo com Figueiredo (2014), as casas e os edifícios construídos pelos imigrantes seguem estilos diferentes, bem como o material disponível e a criatividade da construção, sendo alguns edifícios utilizados para servir também como escolas e

casas comerciais. Complementa Manfio (2012) que as casas coloniais da Quarta Colônia possuíam adornos de santos e trabalhos em estilo europeu, demonstrando a fé e a religiosidade católica apostólica romana e ao mesmo tempo destacando a arquitetura italiana (MANFIO; PIEROZAN, 2019).

Na região ainda existem vários exemplares, destas residenciais, preservadas pelos descendentes dos imigrantes. Muitas foram reformadas, mas guardam as particularidades da construção antiga. Outras edificações foram abandonadas em meio à paisagem ou foram demolidas frente à modernização do espaço citadino (MANFIO; PIEROZAN, 2019; MANFIO, 2021). As edificações relevam na relação espaço-tempo, construções que na sua simplicidade demonstram que ainda estão presentes as memórias e sensações, e integram-se as paisagens urbanas e rurais (FIGUEIREDO, 2014).

Além das residências, a vitivinicultura também é uma peça importante da paisagem formada pela cultura italiana, onde ainda hoje existem parreirais centenários, plantados pelos primeiros imigrantes que deram início a colonização. Estes parreirais ainda produzem uva e vinho e são redutos de história. Assim, os parreirais dividem o espaço com as demais produções agrícolas, com os artefatos, como o forno de barro e tijolo e com as residências. As videiras também se fazem presentes nas pequenas cidades da região, sendo comum elas fazerem parte dos jardins e quintais das residências dos moradores. Além do mais, o ato de elaborar o vinho permanece como um ritual de memória, cujos ensinamentos do saber-fazer e o gosto pelo fabrico da bebida foram lhes passada de geração em geração.

A religiosidade é igualmente um elemento presente na paisagem através de igrejas (Figura 3), capitéis (Figura 4), grutas e outras representações da fé cristã. Muitas igrejas foram reformadas e revitalizadas com o passar dos anos, construídas para homenagear diversos santos de devoção dos católicos, além de cumprir também a função de encontro social dominical entre a comunidade do campo e da cidade (MANFIO; PIEROZAN, 2019). Há também as igrejas evangélicas que guardam a religiosidade da cultura alemã. Além disso, um projeto atual prevê a revitalização dos capitéis espalhados em Nova Palma e a organização de uma rota turística, envolvendo estas pequenas capelinhas, aproximadamente 40 exemplares, sendo um projeto de parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Prefeitura Municipal de Nova Palma (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMA, 2020).

Figura 3 - Igreja de Pinhal Grande



Fonte: Acervo da autora (2018).



Fonte: Acervo da autora (2020).

¹ em Vale Vêneto, São

¹ São expressões italianas para designar vovô e vovó.

João do Polêsine. Além dos museus em diversas localidades e do Centro de Pesquisas Genealógicas em Nova Palma (MANFIO; PIEROZAN, 2019).

No lado físico-natural, a região da Quarta Colônia possui uma diversidade fisionômica da paisagem, dos quais são representadas formas geomorfológicas da Depressão Periférica, Rebordo do Planalto e do início do Planalto das Araucárias (ZERFASS, 2007 apud SCHIRMER; ROBAINA, 2018). Dado a isto, “O relevo escarpado com paredões e vales encaixados com cachoeiras e grutas destacam as belezas naturais” (SCHIRMER; ROBAINA, 2018, p. 201). Portanto, a paisagem da Quarta Colônia releva o espaço natural, materializada por uma “região montanhosa”, do rebordo do Planalto do Estado do Rio Grande do Sul a áreas de depressão, formada por vales, matas nativas e rios (especialmente Soturno e Jacuí). E nestes vales é que se assentam as construções, plantações agrícolas e a vida comunitária dos descendentes ítalo-germânicos.

Por estes vales são vistos e percebidos bens imateriais e materiais, assim como a gastronomia que é tanto tangível quanto intangível (o saber-fazer). A culinária está nos pratos típicos servidos nos restaurantes, feiras, festas, cafés coloniais e cantinas da região. Além de ser a marca da rota gastronômica da Quarta Colônia, que traz a alimentação como caminho para o turismo cultural e um ponto de identidade cultural. Nas palavras de Manfio (2021, grifos nossos),

Quanto à gastronomia italiana é comum a sopa de *agnoline*, o risoto, a polenta, vinho e salame, o bife à milanesa, as cucas e pães, *crostóli*, entre outros. Já na culinária alemã destacam-se as cucas alemãs, *Currywurst* (salsicha cozida), *chopp*, *Brezel* (espécie de pão alemão recheado), entre outros. Tanto na gastronomia italiana quanto na alemã, os pratos criados levam um elo de afetividade, eles são um perpetuar de ensinamentos passados de geração em geração.

Assim, todos estes elementos, juntamente com as tradições, histórias e memórias formam a paisagem cultural da Quarta Colônia. Portanto, a paisagem formada na Quarta Colônia é herança dos códigos naturais, culturais e históricos, e dos sentimentos e lembranças (MANFIO, 2012). Esta paisagem é o resultado das culturas que transformaram o espaço natural local, e é a matriz destas, da identidade que ali ainda reside e integra-se ao patrimonial e espacial. A paisagem local é um conjunto de formas e expressões, agregadoras do velho e do novo, que dão sentido e valor a cultura local.

Considerações finais

A paisagem é um autorretrato do conjunto de formas, esculpidas no espaço ou em tela, como, por exemplo, as paisagens em pinturas, observada por um telespectador e que transmite o concreto e a essência das representações, dependendo da ótica em que com um olhar se vasculha/interpreta o espaço. A paisagem se constitui de artefatos culturais, códigos e memórias que podem ser descritas, acompanhando as cenas temporais e a cultura presente no cenário paisagístico. Assim, a paisagem cultural é um misto entre a cultura, o trabalho humano e a forma geográfica onde o ser atua deixando vestígios de sua existência.

Neste ponto, a paisagem cultural da Quarta Colônia é o resultado da transformação da natureza encontrada pelos colonizadores, especialmente italianos e alemães que através de suas técnicas, saberes e trabalho, construíram formas espaciais, para abrigar as funções de moradia, comércio, educação, cultura, lazer e trabalho. Nestes pequenos municípios pertencentes à região, hoje, denominada Quarta Colônia a herança deixada pelos imigrantes pode ser vista nos museus, no cotidiano, nas construções e na economia local, sendo os elementos-chave da paisagem cultural desta região: as residências, a religiosidade, os monumentos, a memória, a uva, o vinho e a gastronomia, entre outros, que vem sendo preservados e salvaguardados na constituição de patrimônios e rotas turísticas, ou simplesmente por ser parte da história e da família.

Além das características atreladas aos seus códigos culturais, às paisagens formadas, os italianos e alemães incluíram um modo de vida e contribuíram para a formação da sociedade, cultura e território do Rio grande do Sul (BRUM NETO; BEZZI, 2008). Para não concluir, os italianos e alemães deixaram uma paisagem cultural significativa na Quarta Colônia e com o seu legado estes grupos étnicos transformaram terras de poucos habitadas e produtivas, dos vales presentes no rebordo do Planalto e da depressão periférica, em áreas de economia dinâmica e de desenvolvimento regional.

Referências

ALMEIDA, M. G. Cultura, paisagens e patrimônio cultural: reflexões desde o brasil central. **Espaço & Geografia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 417-440, 2013.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BOLZAN, M. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. Tese (Doutorado em História) – UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. Regiões culturais: a construção de identidades Culturais no Rio Grande Do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 20, p. 135-155, 2008.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

COSTA, L. de C. N.; GASTAL, S. de A. Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural. In: VI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 2010. Caxias do Sul. **Anais...** Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

DELPHIM, C. F. de M. **Intervenção em jardins históricos**: manual. Brasília: IPHAN, 2004. 152 p.

FIGUEIREDO, L. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana na região central do Rio Grande do Sul: os sítios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 31, p. 147-183, ago. 2014.

FURLANETTO, B. H.; KOZEL, S. Paisagem cultural: da cena visível à encenação da alma. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 3, p. 215-232, 2014.

LUCA, V. G. de; SANTIAGO, A. G. A paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana. **Revista Labor & Engenho**, Campinas, v. 5, n. 1, 2011.

MANFIO, V. A Quarta Colônia de imigração italiana: uma paisagem cultural na região central do Rio Grande do Sul. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 2, 2012.

MANFIO, V. Quarta Colônia - RS: os diálogos entre cultura, gastronomia e turismo. **Ágora** (Online), Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p. 85-98, 2021.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha e da Quarta Colônia. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 23, n. 1, p. 144-162, 2019.

OLIVEIRA, L. C. de. **Origem e História Política-administrativa do Município**. Restinga Seca: Administração Municipal, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMA. **Rota dos capitéis**. Disponível em: <<http://www.novapalma.rs.gov.br/secretarias/secretaria-de-cultura-turismo-industria-ecomercio/projetos-e-acoess/rota-dos-capiteis/1496>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHIRMER, G. J.; ROBAINA, L. E. de S. Zoneamento geoambiental da Quarta Colônia, Rio Grande do Sul: uma análise integrada da paisagem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 68, p. 200-214, 2018.

WAGNER, P. L.; MIKESEL, M. W. Os Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Histórias de mulheres negras em Siderópolis nas vilas operárias: saberes, cotidiano e resistências

Lucy Cristina Ostetto*

Amanda dos Santos Vieira**

Para romper com uma história única

Siderópolis está localizado na parte sul do estado de Santa Catarina e tem a sua identidade fortemente construída a partir da imigração italiana no século XIX. Segundo Sprícigo (2007, p. 13 apud BOEIRA, 2016, p. 17) “Santa Catarina é reconhecida nacionalmente como ‘um pedaço da Europa no Sul do Brasil’”. E isto, de alguma forma, provoca um enorme silenciamento e apagamento da presença negra que ocorreu/ocorre dentro do estado e que se apresenta como fundamental para a fundação e desenvolvimento de várias cidades.

Siderópolis teve sua fundação no ano de 1891, quando chegaram imigrantes italianos que a deram o nome de Nova Belluno, (IBGE, 2017) por causa da sua semelhança geográfica com Belluno. Seu nome só passou a ser Siderópolis, após a chegada da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, sendo uma homenagem à mesma. É sobre esta perspectiva que a história da cidade é contada: pela sua colonização e como a presença da CSN que a coloca no circuito nacional da extração de carvão ao céu aberto. Ou seja, uma história que se pauta pelo viés de alguns sujeitos e partir de uma perspectiva econômica. Mas é preciso romper como a história única, pois, segundo Adiche (2009), “[...] a ‘única história cria estereótipos’. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história”.

E este se apresentou como objetivo principal dessa presente pesquisa: fugir da história única. Dialogar com mulheres negras que vivem em Siderópolis para melhor

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2015). Possui Mestrado e Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/1997) Atualmente é Professora dos cursos de História e Pedagogia na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

E-mail: lco@unesc.net

** Mestranda em Educação na Universidade do Extremo Sul Catarinense, graduada em Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professora Regente da Educação Infantil pelo Município de Siderópolis.

E-mail: amandadossantosvieira@gmail.com

compreender quais foram os motivos que levaram suas famílias para lá, no que trabalhavam, como se estruturou a realidade das famílias negras dentro da sociedade (Movimento Negro, União Mineira, etc.), situações de racismo, moradia, entre outros pontos. Para alcançar este objetivo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres negras da cidade de Siderópolis com idade entre 70 a 80 anos. Dialogamos com Adiche (2009), Hampâté Bâ (2011), Carneiro (2011), Collins (2019), Davis (2016), Hooks (2019), Kilomba (2019), Lima (2010), entre outras autoras e autores.

Vale ressaltar que a pesquisa teve todo seu desenvolver vinculado ao Núcleo de Estudos de Gênero e Raça (NEGRA/UNESC) que busca desenvolver debates e leituras nas questões de raça, decolonialidade, gênero, racismo, relações raciais, entre outros temas vinculados a direitos humanos. Bem como o Movimento Conscientização Negra Cruz e Sousa de Siderópolis – SC, que segundo Boeira (2016, p. 36),

[...] foi formado na década 2001 a fim de favorecer uma grande parcela da população negra da cidade de Siderópolis, que não se via favorecida no seio da sociedade como fortalecer toda esta trajetória de luta, resistência vivida pelo MNS de forma organizada.

Sendo Iara a representante do Movimento que possibilitou que entrássemos em contato com as mulheres e nos auxiliou nos primeiros encontros.

A fala que estraçalha o sujeito universal

O Movimento Feminista desde seu princípio se apresentou com o objetivo de lutar pelos direitos das mulheres. Mas, de que mulheres estamos falando? Segundo Davis (2016, p. 146) “Mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino”. Durante o percurso de formação e efetivação do movimento feminista é possível observar como as mulheres negras foram silenciadas. Questões como classe e raça não faziam parte do recorte desenvolvido pelo movimento que se dizia universal. Mulheres brancas chegaram não querendo ser representadas por mulheres negras. Hooks (2019b, p. 10) afirma que “Se nos atrevêssemos a criticar o movimento ou a assumir responsabilidades pela formação de ideias feministas ou pela introdução de novas ideias, as nossas vozes eram abafadas, ignoradas, silenciadas”.

A falta de análise com base nas opressões racistas e de classe refletem nas pautas e requisições que o movimento realizava, por exemplo o fato de requererem direito ao trabalho, enquanto mulheres negras já saíam para trabalhar há muito tempo. Mulheres

negras sempre foram enxergadas fora do padrão de “fragilidade” que era empregado sobre as mulheres brancas. Segundo Carneiro (2011, p. 1),

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

Essa fala de Carneiro dialoga com a fala que Sojourner Truth realizou durante a *Women's Rights Convention*, na qual vários pastores diziam que mulheres não poderiam ter os mesmos direitos que os homens pois eram frágeis. Então, Truth questiona os mesmos que como ela não era frágil, não seria ela uma mulher? “Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comer – e aguentava chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher?” (TRUTH, 1851 apud RIBEIRO, 2017, p. 20). Sojourner foi vista como uma ancestral para o feminismo negro e serviu de inspiração para várias mulheres negras que vieram após ela. Segundo Akotirene (2018, p. 22), “[...] o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cis-heteronormatividades articuladas em nível global”. Dialogando com isso, Hooks (2019b, p. 41) afirma que as feministas brancas

[...] poderiam ser todas antirracistas desde o início, mas, para que o racismo fosse eliminado, teria de ser uma questão central do feminismo. Fundamentalmente, o racismo é uma questão feminista, pois está muito interligado à opressão sexista. No ocidente, a origem filosófica da ideologia racista e sexista é semelhante.

Sendo assim, ao contrário do feminismo branco, que muitas vezes focou apenas nas opressões sexistas, o feminismo negro parte da opressão de sexista e racista compreendendo que todas as outras opressões (de classe, sexualidade, idade, etc.) causam efeitos sobre o sujeito e não podem ser ignoradas.

Collins (2016) traz o termo *Outsider within*, quando vem a tratar de mulheres negras que trabalhavam em casa de famílias brancas. Já que ao mesmo tempo em que

são ditas como “inclusas” (*insiders*) nessas relações, até aparecendo em biografias dos brancos como “mães” negras, as mulheres negras têm consciência de que não ocupam realmente um lugar dentro dessas famílias permanecendo como *outsiders*.

Grada Kilomba (2019) vem a dizer que mulheres negras ocupam o lugar/função de o “Outro” do outro. Enquanto, Simone de Beauvoir diz que a mulher branca é o outro do homem branco, Kilomba demonstra como isso se aplica de uma outra forma nas mulheres negras:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2019, p. 124.)

Sendo o “Outro” do outro, as mulheres negras passam por processo de silenciamento que é tão bem articulado que para ocorrer sua real efetivação transforma todas as falas/conhecimentos/experiências dessas mulheres em inferiores. Esse processo de inferiorização de saberes outros é utilizado dentro dos processos de colonização para se autojustificar:

Por meio do encobrimento da localização particular do sujeito de enunciação, foi possível, para a expansão e a dominação coloniais europeias/euro-norte-americanas e para o poder das elites euro-latino-americanas, construir uma hierarquia do conhecimento superior versus conhecimento inferior e, portanto, de seres superiores versus seres inferiores no mundo (FIGUEIREDO, 2017, p. 93).

Para efetivar de melhor forma todo esse processo, os grupos dominados passam por um processo de serem lidos/vistos como objetos para que assim haja maior negação a todos seus conhecimentos e saberes. Segundo Brittan e Maynard (1984, p. 199 apud COLLINS, 2016, p. 105), “[...] a dominação sempre envolve a objetificação do dominado; todas as formas de opressão implicam a desvalorização da subjetividade do oprimido”.

E desvalorizar a história oral, tendo em vista que a mesma é tida como a melhor forma de se relatar e passar conhecimentos pelos povos antigos – principalmente africanos e indígenas –, é uma forma de dominar e silenciar mais ainda essa população.

Um exemplo dessa produção em forma oral é apresentado por Collins (2019, p. 102), que ao falar sobre os pensamentos feministas diz que “Grande parte deste pensamento tem sido produzido de forma oral por mulheres negras comuns, em seus papéis de mães, professoras, músicas e pastoras”. Reafirmando tudo isso, Kilomba (2019, p.51) vem a dizer que “Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido [...]”. Reforçando, assim, que esse processo de desqualificação das vozes e conhecimentos das mulheres negra é, sim, um dos pontos em que esse sistema racista se fortalece.

Porém, quando essas mulheres negras falam e questionam todo esse sistema, elas colocam em xeque tudo aquilo que é tido como único e universal. Colocam em posição de reanálise tudo aquilo que é posto como verdade por aqueles que detêm o poder, assim como, os colocam em análise também.

Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições (COLLINS, 2019, p. 102).

Para se libertar dessas amarras impostas e reafirmadas a todos os instantes é preciso transgredir do silenciamento para a fala. É preciso questionar e requestionar tudo aquilo que está posto como único, que foi canonizado como verdade extrema e que deve atingir a todos.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (HOOKS, 2019a, p. 38).

É preciso falar para que se seja compartilhado o conhecimento. Conhecimento este que foge dos padrões eurocêntricos de que só é verdadeiro aquilo que estava escrito. Usar as experiências para se recontar histórias ditas como únicas, para questionar aquilo que é visto como verdade única. Dialogamos assim com Collins (2019, p. 149) que afirma que “[...] os indivíduos que passaram pelas experiências sobre as quais

dizem ser especialistas são mais críveis e dignos de crédito do que aqueles que meramente leram ou refletiram sobre tais experiências”.

Indo ao encontro dessas mulheres

Para realizar a coleta dos dados, foi utilizado o formato de entrevista semiestruturada, com perguntas previamente programadas e organizadas para guiar as entrevistas. Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 76), a entrevista semiestruturada é “[...] onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”.

O primeiro contato com as entrevistadas foi realizado junto com o Movimento Conscientização Negra Cruz e Sousa, de Siderópolis – SC, em um pequeno evento, para que, assim, fosse possível conhecer as mulheres e explicar sobre o projeto. Retornou-se então dias depois para fazer as entrevistas individuais com quatro mulheres, sendo concedidas na casa das mesmas. Desta forma, as mulheres entrevistadas foram Jandira (81 anos) e Ivonete (71 anos), que são irmãs, Maria (81 anos) e Margarida (86 anos).

Mulheres negras contam suas histórias

Muitas famílias migraram para Siderópolis, principalmente após a chegada da CSN, e para que fosse possível contar a história dessas famílias recorreu-se as mulheres negras que fizeram parte dessa trajetória de migração. Mulheres que são filhas destas pessoas que se mudaram para a cidade em busca de uma situação de vida melhor, ou que já eram adultas e auxiliaram no desenvolvimento da cidade. Segundo Gwaltney (1980, p. 7 apud COLLINS, 2019, p. 149), quando se fala de assuntos importantes, a experiência pessoal é uma evidência muito melhor, desta forma números distantes não são tão importantes quanto o relato dos sujeitos. Assim, foram entrevistadas quatro mulheres, sendo elas Jandira (81 anos) e Ivonete (71 anos) que são irmãs, Maria (81 anos) e Margarida (86 anos), todas se declaram negras e vivem na cidade desde bem novas, sendo Ivonete a única que já nasceu na cidade de Siderópolis.

Ivonete relatou sobre sua escolarização que “Estudei até o terceiro ano e meio, do primário. Eu não concluí o quarto, fiquei no meio. Mas eu leio muito, então eu sei muitas coisas. E meus netos tão no sétimo e na nona, e eu tiro de letra”. Já Jandira comentou que “Eu fiz o quarto ano. Eu comecei a estudar aqui com 8 anos, acho que já tinha uns 12 anos (quando parou). Aí não voltei mais, a gente foi trabalhar de doméstica, eu trabalhava de doméstica quando não tava na roça com 8 anos”. Enquanto isso, Maria menciona que retornou ao colégio ano depois

Quando eu estava em Praia Vermelha, fiz até o quarto ano. Depois aqui, eu trabalhava, já casada, no Dom Orione (40 anos) [...] me convidaram para o mobrau e eu fui. Mas eu já entrei direto no primeiro. Aí depois entrei no segundo grau, aí eu fiquei doente e não estudei mais. Fiz até o primeiro ano do segundo grau.

Jandira conta que sua família foi para Siderópolis porque “O meu pai veio para trabalhar, aqui era um lugar muito falado. [...] Meu pai para trabalhar na mina do dia, no céu aberto. Naquele tempo não era CSN, depois de muito tempo que veio a Marion. Ai meu pai se aposentou”. Já Maria conta que “Meu irmão veio trabalhar, e depois de um ano eu vim trabalhar e fiquei. Vim sozinha, ele veio antes e depois eu vim passear com uma amiga”. Margarida relata que

Ao passar do tempo, viemos para Tubarão e o primo dele disse assim, abriu uma companhia lá a CSN e tem bastante emprego. Como eu tinha o meu irmão de 14 anos, o meu pai já era aposentado. Então, meu irmão tinha 14 anos e lá ele trabalhava, meu pai também fazia serviço assim era jardineiro, era aposentado mas trabalhava como jardineiro assim. Era outro trabalho que ele tinha e ali em Tubarão não tinha nada disso, então nos soubemos dessa confirmação dessa companhia e a gente resolveu vir para cá, para a CSN.

Segundo Moraes e Goularti Filho (2011, p. 228 apud CARDOSO; RODRIGUES, 2017) Nova Belluno era pouco habitada até próximo a 1940. Depois da instalação da CSN começaram a chegar pessoas à procura de emprego ou com o objetivo de montar seu próprio negócio.

Vale ressaltar que a Companhia Siderúrgica Nacional foi fundada em 1941, por um decreto do presidente Getúlio Vargas (CSN, 2016), com o objetivo de transformar em aço o ferro que era extraído em Minas Gerais (BERNARDO, 2004).

Quando questionadas sobre como haviam sido recebidas em Siderópolis, na época Nova Belluno, Jandira menciona que “Acho que foi bom, meu pai logo conseguiu emprego nesse lugar para o lado de Criciúma e a mãe sempre trabalhou, ela sempre foi uma mulher trabalhadeira”. Já Ivonete relatou que

Fomos bem acolhidos em Siderópolis, bem depois que a gente teve bastante amizade, depois que fizeram as estradas e as pessoas vieram para cá para a Siderúrgica e a Companhia Treviso ai encheu mais de gente e a gente teve bastante amizade. Sobre acolhimento, a gente sempre se deu bem com todo mundo porque nós éramos do bem e quando é do bem...

Margarida comentou que “Porque aqui tinha gente de vários estados, não era só de Santa Catarina, era do Rio de Janeiro, Minas Gerais, não tinha essas coisas assim. Não tinha essas coisas assim de ser ofendido. Cada um cuidava do seu lado”.

Margarida foi a única das mulheres que trabalhou na escolha de carvão, segundo a mesma:

Até eu trabalhei na escolha. Na escolha de carvão. Não assim muito tempo, uns 2 anos mais ou menos, nem chegou a isso. Meu pai me viu com uma tosse, uma coisa assim, e ele “Ah, eu não vou estragar o pulmão das minhas filhas”, era eu e outra, nós éramos em duas trabalhando.

Todas as mulheres entrevistadas, exceto Ivonete, alegam que em algum momento de suas vidas residiram em uma das casas cedidas pela CSN. Jandira diz “Meu marido trabalhou na escolha de carvão, ele veio lá de Aritinga, nós se conhecemos aqui e casou. A gente morou nas casas da CSN lá no Fiorita [...] e nós tinha aquela casa para morar sem pagar aluguel”. Maria descreve como eram as casas da CSN: “No Fiorita, a casa era de tipo um. Era casa da companhia, tinha as germinadas e as pequenas. As pequenas se chamavam tipo um, tinha dois quartos, uma cozinha e uma salinha”. Margarida conta que morou em vários lugares dentro da cidade de Siderópolis, até que seu irmão tivesse direito a uma dessas casas da CSN. Esta conta como funcionava a divisão de território onde estas casas estavam localizadas,

Os encarregados sempre tinham umas casas melhorzinhas. Lá na Vila Residencial, ali morava engenheiro, engenheiro chefe, morava médico [...] Não vou dizer que era os casarões de hoje, era uma casa de material assim bem feito, casinha igual essa aqui era de encarregado alto, o resto era casa de madeira. Então era distante, a Vila Residencial ficava bem distante da outra parte. [...] Ai tinha bastante funcionário e aí depois fizeram aquelas germinadas, conhece as germinadas? As germinadas eram feitas para os encarregados, não era para operário morar, era para encarregado morar [...].

Margarida ainda explica como funcionava para adquirir uma dessas casas:

Eram ganhadas [...], por exemplo, tu queria pegar uma casinha daquela para alugar, chegava lá e dava teu nome. Então era muito grande, e eles faziam tudo em ordem. Era uma casa pequena, com 4 peças, uma cozinha, dois quartos e a sala. Quartinhos pequenos, às vezes eu paro para pensar as famílias dentro daquela casa tão pequeninha. Então eles chamavam, entregavam aquela casa e

nós ficamos dentro do mato até chegar a vez na colocação de ordem, até que meu irmão tivesse direito de pegar a casa.

David (2015, p. 29 apud CARDOSO; RODRIGUES, 2017, p. 55) relata e reafirma que havia “[...] casas de alvenaria para administradores e engenheiros, em vilas especialmente para esse fim, e em todo Rio Fiorita, casas de madeiras para todos os demais funcionários”.

Quando questionadas se existia ou não divisão entre brancos e negros todas citam que não havia, que tinham muitas amizades, tanto negras quanto brancas. Jandira cita que “Era tudo junto, tinha família de branco, tinha família de negro. Nós éramos amiguíssimos demais. Nossa, nós se dávamos, as crianças brincavam nos domingos tudo junto”. Maria cita que “Era tudo junto, minha cunhada era branca e a família era branca. Negros era eu e meu irmão. Na rua que a gente morava era branco e negro, tinha casa com os brancos e com os negros”.

Porém, sobre os clubes que existiam na cidade, relataram que apresentavam a realidade de separação entre negros e brancos. Jandira cita que “Antigamente tinha a união mineira, que era os bailes dos negros. E o recreio, que era dos brancos. No carnaval, nós íamos lá e fazíamos a visita e eles vinham faziam a visita de carnaval no nosso clube”. Margarida relembra que “Tinha separação da sociedade, ali era separado. Como é nome que eles davam? Ali eles faziam os bailes só de branco”. Ivonete explica que

Tinha sim, o recreio era por brancos. E a união mineira por negros. Depois de um tempo os dois clubes começaram a entrar igual. Depois fizeram um acordo, porque as diretorias eram tudo da Siderúrgica Nacional, os trabalhadores eram da diretoria, aí fizeram uma fusão. Nessa época, o branco começou a gostar de negro e negro de branco, aí se misturou.

Segundo Zuchinalli (2016), o Recreio do Trabalhador foi fundado pela própria CSN, para que pudessem realizar seus eventos próprios eventos destinados aos seus trabalhadores e outras atividades. Porém, mesmo ele sendo aberto a todos os seus sócios, sendo boa parte funcionários da própria companhia, era considerado um local destinado aos brancos e à elite. Já a Sociedade Esportiva Recreativa União Mineira, foi um pedido feito pelos trabalhadores negros da CSN para própria companhia, se tornando assim um clube frequentado majoritariamente pela população negra da cidade (funcionários ou não). E esse espaço assume um papel extremamente

importante na vida dessas pessoas que muitas vezes se sentiam excluídos de um ambiente que deveria lhe pertencer também, segundo Rosa (2011 p. 36),

Esse espaço passa a ser de fundamental importância para uma categoria que foi —marginalizada, ter um referencial de pertencimento a um determinado grupo social. A territorialidade ultrapassa o sentido de um lugar comum e passa a se constituir em um importante instrumento de visibilidade e autonomia.

Quando o tema é Movimento Negro, Jandira relatou que “Agora tive, mas antes não. Antes não tinha movimento negro. Fui para Brasília na Marcha da Mulher Negra, fui para Tubarão. Sempre que elas me convidam eu tô pronta, porque eu gosto dessas coisas”. Margarida diz que “Já participei, não tenho tanta saúde fico mais dentro de casa”. Relatam que já participaram do Movimento Negro. Ivonete comentou que “Na época que eu tava no movimento negro, na época que o filho dela (Jandira) era presidente, era uma época muito boa. Éramos muito unidos, todo mundo fazíamos festa, reuniões. Nada muito grande, uma festa só na praça bem grande”. Jandira relata como que tudo começou

Porque meu filho, o José Carlos, ele que começou. Nós morávamos na COAB e ele começou com esse Movimento Negro. Ele que fez a abertura desse Movimento Negro, aí teve a Nani, tudo participou ali. Mas o Movimento Negro se chamava 5 de junho, porque era o aniversário dele. Então ele fazia as reuniões lá em casa num porão que tinha tudo, era muito diferente de agora. Eles faziam festa, cada festa bonita, a finalidade era para juntar os negros.

Boeira (2016) cita que o 5 de junho se apresenta como um passo importante na trajetória do Movimento Negro em Siderópolis, através dele que se tem os primeiros registros oficiais que auxiliam a compreender toda essa trajetória. O 5 de junho foi uma importante força para a autoafirmação da população negra na cidade. Vale reforçar que desde os primeiros encontros, o Movimento Negro teve como foco lutar pelas questões que envolviam toda a população negra e sua negritude.

Quando questionadas sobre questões de racismo, Maria comentou que “Olha, quando era criança todo mundo era amigo. Ninguém assim excluía a gente. Agora depois que eu vim para cá, a gente vivia com a família os negros aqui... Para mim, eu acho que não sei”. Já Jandira relatou que “Não, nunca sofri. Fui candidata duas vezes para vereadora. Fui candidata para Nossa Senhora Aparecida, fiquei em segundo lugar”.

Ivonete cita que nunca deixou que ninguém passasse por cima dela, mas que já haviam dito e menciona dois casos que ocorreram

Nós estávamos numa parada de ônibus e já era noitinha, e vinha uma pessoa sozinha, uma amiga minha. E uma disse assim “Tu vem sozinha? Não tem medo de um nego te pegar?”, isso é um preconceito, né? E eu disse assim “Porque só negro que tem pinto? Branco não tem?”.

E o outro caso sendo na casa de um dos seus patrões, na qual ela trabalhava de doméstica

Eu trabalhava numa casa que no pai do meu patrão caiu um muro, e ele levou umas pessoas para ver e falou assim para as pessoas que levou para ver “Isso é coisa de negro.” E eu falei para ele “Não, Seu Flávio. Os brancos fazem e os negros que levam a culpa?”, “Não, Ivonete, é um modo de falar”, “Um modo muito feio”.

Lima (2010) articulou que as teorias raciais incutiram no imaginário social que haveria e há diferenças entre as capacidade e habilidades, relacionado com aspectos morais, psicológicos e cognitivos, utilizando estas suposições para sustentar a ideia de raças superiores e inferiores.

Margarida enquanto contava sobre seu processo de escolarização, relatou que foi uma situação de racismo que a fez abandonar a escola

A professora assim “Fulano, por que tu fizesses tal coisa?” Ela quis corrigir ele em alguma coisa, em alguma arte que ele fez, não lembro o que foi. Ele foi dizer assim “Ah, mas foi porque você que disse que era para fazer assim!” Aí ela disse assim “O QUE?” aí ela ficou parada e não disse mais. Os alunos disseram assim “Ele chamou a senhora de você”. A professora não gostou. “Olha, eu vou te dizer uma coisa, ‘Você’ uma professora não pode receber uma palavra dessas de um aluno. ‘Você’ se trata uma pessoa, uma negra que anda varrendo/limpando a rua. “A minha saída da escola foi por isso. Todo mundo olhava para mim, tinha mais umas negrinhas na sala, mas afinal eu... [...] Aí eu chorei, cheguei em casa num gritei. Fui chorar lá dentro e não queria mais ir pra aula, e meu pai tirou. Aí depois nós viemos para cá e ele não colocou mais nós na aula.

Lima (2010) reforça que o termo raça e as teorias raciais vêm a atuar dentro da sociedade como um agente hierarquizador, com grupos sociais brancos sendo superior aos negros e mestiços. Essa professora veio a reforçar essa ideia, de que uma mulher

negra seria inferior a ela. Indo totalmente contra a ideia de uma educação antirracista que deveria buscar “[...] permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar” (CAVALLEIRO, 2001, p. 149).

A reexistência como presença negra

Ao compreender as mulheres negras como as contadoras desta história foi possível conhecer como suas famílias estiveram presentes em todo o desenvolvimento de Siderópolis, bem como foram suas vidas desde escolaridade até fatos que as marcaram profundamente. Elas nos contam que suas famílias migraram para Siderópolis, na época Nova Belluno, com o propósito de encontrar um emprego e tem suas vidas entrelaçadas com a estadia empresa CSN na cidade, já que seus familiares e uma delas trabalhou na siderúrgica como escolhedeira.

Nos contam também que suas casas foram cedidas pela CSN e frequentavam locais (União Mineira e Recreio) que eram considerados sedes para os funcionários. Relataram que nas sedes havia uma divisão entre brancos e negros, já demonstrando a segregação sendo aplicada na prática. Narraram seus processos de lutas e resistências ao decorrer das suas falas, desde as práticas racista que as marcaram até a participação no Movimento Negro.

Sendo assim, este artigo contribuiu para tira-las juntamente com seus antepassados da posição de silenciados, e por meio de suas experiências podemos ressignificar a história de Siderópolis a partir da presença negra. Desta forma, ao se recontar estas memórias baseadas em suas vivências, se coloca em xeque uma história única centrada na presença das famílias italianas.

Ao escutar a história sendo contada pelas mulheres negras, ou seja, não aquele visto como principal e dominante, é possível se produzir novos conhecimentos, novas ideias, novos conceitos e revisitar o passado ressignificando-o. Segundo Collins (2019, p. 167), “[...] a existência do ponto de vista das mulheres negras [...] desafia o que é normalmente tomado como verdade”.

Referências

ADICHE, C. N. O perigo de uma única história. **TED**, 2009. Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em: 15 ago. 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2018. [Coleção Feminismos plurais].

BÂ, A. H. A tradição viva. In: ZERBO, J. **Ki** - História Geral da África. Brasil: Cortez, 2011. p. 167-213.

BERNARDO, R. T. O tempo e os espaços de entretenimento das famílias operárias mineiras. In: GOULARTI FILHO, A. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 129 p.

BOEIRA, J. F. da S. **Movimento Conscientização Negra Cruz e Sousa em Siderópolis – SC: mulheres, pautas e lutas 2008-2016**. 2016. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6113/1/JULIANA%20FID%c3%8aNCIO%20DA%20SILVA%20BOEIRA.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

CARDOSO, M. G.; RODRIGUES, E. Indústria Carbonífera em Siderópolis: reflexões e disputas em torno dos patrimônios da Companhia Siderúrgica Nacional. **Faces da História**, Assis, v. 4, n. 1, p. 54-72, jan. 2017.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E. **Racismo e Anti-racismo na educação**: Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001. p. 141-161.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abril. 2016.

COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 139-170.

CSN. Companhia Siderúrgica Nacional. **CSN - Histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/csn2016inst/web/default_pti.asp?idioma=0&conta=45>. Acesso em: 28 abr. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, A. Descolonização do conhecimento no século XX. In: SANTIAGO, A. R. et al. (Orgs.). **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas: UFRB, 2017. p. 79-106.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, B. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019b. 256 p.

IBGE. IBGE- Cidade. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sideropolis/historico>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 249 p.

LIMA, F. da S. **A proteção integral de crianças e adolescentes negros**: um estudo do sistema de garantia de direitos para a promoção da igualdade racial no Brasil. 2010. 320 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSA, J. C. da. **Sociabilidades e territorialidade**: A construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950). Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2011.

ZUCHINALLI, T. **Afrodescendentes no Sul de Santa Catarina**. Os novos sujeitos: experiências e trajetórias (1941-1985). 2016. 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Das Américas pro mundo: culturas negras de reexistência no solo da diáspora

Diego dos Santos Reis^{*}

Cristiane Correia Dias^{**}

Fabiana Rodrigues da Silva^{***}

Ingrid Silva^{****}

Introdução

Sueli Carneiro, no prefácio do livro *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, organizado por Alex Ratts (2006), oferece-nos pistas importantes para pensar o porvir de um outro Brasil, em diálogo com a historiadora sergipana. A prefaciadora, em sua análise em torno dos quilombos urbanos, aponta que Beatriz Nascimento “[...] ressignifica o território/favela como espaço de continuidade de uma experiência histórica que sobrepõe a escravidão à marginalização social, segregação e resistência dos negros no Brasil” (CARNEIRO, 2006, p. 11). Trabalho que se configuraria, então, como escrita comprometida em abrir caminhos para a reflexão acerca dos quilombos urbanos/favelas, rompendo com a ideia de sermos estudados/as como objeto de análise antropológica, a partir do olhar de intelectuais distantes de nossas realidades.

^{*} Professor da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Doutor, Mestre e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Travessias - Grupo de Pesquisa em Filosofia, Educação e Decolonialidade (UFPB/CNPq).

E-mail: diegoreis.br@gmail.com

^{**} Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Mestra em Educação pela FEUSP. Licenciada e Bacharela em Educação Física. Pesquisadora, produtora, arte-educadora. Autora do livro *A pedagogia Hip-Hop: consciência, resistência e saberes em luta* (Appris, 2019).

E-mail: cristianedias@usp.br

^{***} Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Licenciada em Pedagogia pela PUC-SP, Educadora sociocultural, professora de dança e dançarina. Integrante do Travessias - Grupo de Pesquisa em Filosofia, Educação e Decolonialidade (UFPB/CNPq) e do Gira - Grupo de Pesquisa em Dança (UFBA).

E-mail: contatofabisilva@usp.br

^{****} Mestranda no Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. É integrante da Rede Eleko Eledaoguntá, que atua promovendo formações de educação antirracista. Pesquisadora na área de estudos linguísticos e literários africanos, na qual desenvolve sua pesquisa sobre o pretuguês.

E-mail: ingrid.lidyane.silva@usp.br

Na contramão dessa dinâmica de pesquisa, esses territórios passam a ser tematizados por sujeitos/as implicados/as com seus modos de produção do pensamento e da vida, que acionam as próprias “escrevivências”¹ em seus trabalhos. Então, se a favela é lugar desde o qual se fala e espaço de poder, a academia passa a ser instada a repensar seus pressupostos teóricos, epistemológicos e geopolíticos, de modo a situar seu *lôcus* de produção e de enunciação.

Em seu estudo sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento, Ratts revelaria que:

[...] ao ser entrevistada por Raquel Gerber, diretora de Orí, enuncia parte de sua metodologia e das preocupações que compunham seu projeto de pesquisa. Estava ela preocupada com topônimos referentes ao termo *quilombo*, às favelas, aos “bailes black” e às comunidades negras rurais contemporâneas que estavam sendo identificadas naquele período (RATTS, 2006, p. 53-54, grifos do autor).

No decorrer dessa análise, avançando no tempo e pra² somar com essa gira, vale mencionar que, no ano de 2013, o Instituto Data Favela realizou uma pesquisa em 35 cidades brasileiras, com 2 mil pessoas de 63 favelas, que resultaria na obra intitulada *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*, de Renato Meirelles e Celso Athayde (2014). Nesta pesquisa, evidencia-se o protagonismo das juventudes e de mulheres negras na reconfiguração estética, política e socioeconômica de territórios mobilizados pela defesa da vida, cujo movimento é denominado pelos autores de “refavela”. A refavela centra-se no movimento de ir e vir como direito à cidade, forma de lazer e de reexistência.

A favela se agita e se desloca, aprimora-se e transforma-se. Empenha-se em exercícios estéticos e educativos, no beco, na viela, na laje da qual observa o mundo. Por vezes, tão rapidamente que se torna ainda mais invisível aos olhos do asfalto. Por vezes, devagar, mas num movimento de volume, em que os

¹ O termo “escrevivência” foi forjado pela escritora Conceição Evaristo. Segundo a autora, “minha escrevivência vem do cotidiano dessa cidade que me acolhe há mais de vinte anos e das lembranças que ainda guardo de Minas. Vem dessa pele memória-história, passado, presente e futuro que existe em mim”. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/escrevivencia/>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

² Adotamos neste ensaio a escrita em “pretuguês”, conceito proposto por Lélia Gonzalez, ao tematizar as formas de enunciação e expressão brasileiras, fortemente caracterizadas pelas marcas de africanização, herdadas dos povos africanos em diáspora e, sobretudo, das mulheres negras. Assim, demarcamos a nossa posição política em assumir as nossas formas de expressão legítimas e autênticas. Somos vozes amefricanas e nos comunicamos em “pretuguês”.

passos, ainda que curtos, fazem avançar ao mesmo tempo o coração e a mente de milhões de pessoas. Se a favela se reinventa, empurra o novo – inexoravelmente – para o resto da cidade. Ela aprende e ensina (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p. 117).

Se outrora Beatriz Nascimento indicava que o ancestral da favela é o quilombo, pode-se definir a cultura periférica como um conjunto de experiências e conhecimentos aprendidos nas vivências, a partir do território. Compreende-se como território, pra além do espaço geográfico com suas relações sociais, também o corpo-território, que instancia memórias, identidades e pertencas. Esse corpo-memória, que aprende e transmite heranças ancestrais, segundo a historiadora, revela não apenas a temporalidade, mas a espacialidade de uma memória constituída por “[...] conteúdos de um continente, da sua vida, da sua história e do seu passado. Como se o corpo fosse o documento”. E, completa Nascimento, “[...] não é à toa que a dança para o negro é um movimento de libertação” (NASCIMENTO, 2018, p. 333).

Nessa perspectiva, compreendemos que as diversas formas de manifestação das danças negras expressas pelos corpos periféricos correspondem à manutenção de uma memória transatlântica que atravessou o oceano na diáspora, sem perder seus traços identitários, ainda que ressignificada no novo contexto afrodiaspórico. Por isso, a ideia de corpo como documento, proposta por Nascimento, aponta precisamente para a experiência negra no Brasil, ao remarcar a existência de uma memória circunscrita no próprio corpo e que remete às raízes africanas.

Ideia retomada também pela série documental *Sankofa – A África que te habita*³ (2020), ao indicar as semelhanças socioculturais entre os povos africanos da África do Oeste e algumas comunidades negras do Brasil, situadas no Maranhão e na Bahia, demonstrando o enlace que conecta essas populações a partir dos valores civilizatórios africanos – memória, ancestralidade, religiosidade, corporeidade. O corpo afrodiaspórico é constituído pela memória que o circunscreve, que se manifesta, frequentemente, através dos movimentos e da dança, fonte de transmissão de força vital. Se a dança é um ato de libertação e de conexão ancestral, ao olharmos para os/as sujeitos/as periféricos/as que expressam um *ethos* próprio através de seus corpos-território, emergem algumas questões importantes: qual é a especificidade do território das culturas periféricas? Que espaço geográfico constitui essas culturas e é modificado por elas? Quais corpos se movem nesses espaços? Por que essas produções culturais são socialmente desvalorizadas?

³ SANKOFA – A África que te habita. Direção de Rozane Braga. Rio de Janeiro/RJ: FBL Criação e Produção, 2020 (10 vídeos de 26min).

A marginalização imposta pelo Outro, sujeito não-negro, sobre as culturas negras e, conseqüentemente, a distorção de seus valores culturais, tem provocado rupturas e questionamentos pelos sujeitos historicamente inferiorizados, pois estes vêm assumindo de modo crescente o protagonismo de sua história e subvertendo a lógica de dominação da branquitude. Entre becos, vielas e quebradas, afirmando criticamente suas vozes, os corpos periféricos têm ocupado espaços que outrora lhes eram interditos. Para compreender o *modus operandi* da branquitude, com Stuart Hall (2016, p. 193), afirma-se que: “[...] a hegemonia é uma forma de poder baseada na liderança de um grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável”. Sendo assim, os imaginários coletivos criados sobre a população negra e suas culturas são estereotipados e, como estratégia comum de domínio, a supremacia branca reafirma o sistema de posições historicamente construído, naturalizando seus pressupostos.

É notório como as violências sofridas pela população negra no Brasil hoje decorrem de processos históricos de apagamento, vilipêndio e silenciamento. A validação da produção artística e cultural negra, no campo simbólico, não está desatrelada também a violentos processos de apropriação e assimilação culturais, de acordo com os modelos normativos hegemônicos. Sobre esse debate, bell hooks⁴ aponta que:

Enquanto andar com pessoas negras e expressar prazer com a cultura negra se tornou “legal” para as pessoas brancas, a maioria das pessoas brancas não sente que esse prazer deveria estar associado a desaprender o racismo. Na realidade, existe com frequência um desejo de aprimorar o status do sujeito no universo da “branquitude”, ainda que o indivíduo se aproprie da cultura negra (HOOKS, 2019, p. 57).

A ausência dessa “sensação de prazer”, citada por hooks, que deveria implicar também as pessoas brancas em processos e lutas antirracistas, reitera o imaginário racista-colonial que, por meio da exploração corporal dos africanos sequestrados de África pras Américas, consolidou os (des)caminhos que estruturam verdadeiros Estados genocidas, amplamente baseados no racismo genderizado (KILOMBA, 2019). Por isso, a despeito de a tentativa de nos emudecer ser cultural, historicamente, a

⁴ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana nascida em 1952. Ela adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. A autora afirma que seu nome deve ser grafado em letra minúscula, representando seu desejo de dar destaque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa.

juventude negra (re)cria espaços culturais, pedagógicos e políticos que emancipam e educam através da reconfiguração de culturas que subvertem o sistema dominante.

Trata-se, desse modo, de propor nesse texto um convite à reflexão acerca de culturas negras, que envolvem intensamente a corporalidade, seus repertórios gestuais e expressivos, intrinsecamente associados aos territórios periféricos. E, de modo especial, de manifestações culturais ancoradas no movimento do quadril, que reenquadram e deslocam a percepção coletiva de que rebolar é vulgar. Pensamos que, se o ancestral da favela é o quilombo, o corpo-território que “arrasta a raba no asfalto” traz consigo a partitura rítmica, política e poética, que pode ser compreendida a partir das performances e linguagens que são expressas pela produção cultural periférica das juventudes da diáspora, com especial atenção para os anos posteriores à década de 70.

Culturas periféricas e o corpo-memória: que territórios são esses?

São diversas as produções culturais que emergem em bairros periféricos das grandes metrópoles brasileiras, onde a pobreza, o desemprego, o racismo, o tráfico de drogas e a carência de infraestrutura e equipamentos urbanos não cessaram de marcar e definir os territórios pela via negativa. Nesses locais, as ruas sempre foram espaços acessíveis de intensa produção cultural e articulação territorial, que, embora atravessados por disputas violentas pelo domínio dos territórios, não deixam de presenciar a emergência de manifestações pujantes e disruptivas. Não à toa, o surgimento da cultura Dancehall, em Kingston, na Jamaica, bem como a cultura Hip-Hop, no Sul do bairro Bronx, nos Estados Unidos, e mesmo o Funk brasileiro, no Rio de Janeiro, são expressões profundamente assentadas em seus territórios de origem.

As convergências entre as culturas, eminentemente ligadas às juventudes negras, ultrapassam as violências que estão no entorno de seu florescimento. Essas culturas, cabe ressaltar, culminam por romper os limites de seus territórios geográficos, por produzirem conteúdos que movimentam e inspiram sujeitos transterritorialmente, revinculando, na dispersão da diáspora, expressões culturais que se irmanam na confluência de ideais, reivindicações e afirmações raciais.

A cultura Hip-Hop chega ao Brasil nos anos de 1980, configurando-se como movimento sociocultural e político. Ela se constitui enquanto espaço de expressão e de pertença, no qual as juventudes negras e periféricas encontraram-se pra discutir questões políticas, estéticas e sociais da vida cotidiana, bem como denunciar as injustiças sociais, ao tempo em que faz ressoar as vozes ativas da favela, que cantam, dançam, pintam e produzem transformações nos contextos locais.

Na década de 1990, chega também às periferias de São Paulo a cultura *dancehall*, que mantém as características das festas *sound system* que aconteciam nas ruas, com aparelhagens potentes de som e intenso uso do espaço público. Esse não foi, no entanto, o primeiro contato cultural do Brasil com a Jamaica. Há, no Maranhão, uma cidade conhecida como a “Jamaica brasileira”, São Luís, que construiu essa referência devido à forma singular de diálogo entre a cultura local e a cultura reggae jamaicana.

O Funk carioca, por seu turno, tem suas origens nos bailes *blacks* realizados nas favelas no Rio de Janeiro, sob influência musical do *Miami bass*, do rap, além dos gestos repertoriados pelos/as MC's que ocupam os palcos. Em que pese a importante influência da cultura Hip-Hop, o diálogo dos corpos em movimento traz mais similaridades entre as danças que envolvem o funk e o *dancehall*. Não estranha, nesse sentido, que o foco das críticas endereçadas às danças aponte, comumente, o “excesso” de sensualidade das mulheres, o que evidencia, igualmente, os recortes sexistas e patriarcais envolvidos nos olhares lançados a essas culturas. Sobre isso, Donna P. Hope (2012), em seu livro *Inna Di Dancehall: popular culture and politics of identity in Jamaica*, aborda como as noções de “sexo” e “sexualidades” constituíram-se durante o período escravagista, consolidando estereótipos de gênero a homens e mulheres negras, vistos como animais dotados de impulsos sexuais insaciáveis e, portanto, devendo ser tutelados por pessoas brancas.

Lélia Gonzalez (2020) reitera essa perspectiva, em ensaio intitulado *racismo e sexismo na cultura brasileira*. Para a filósofa,

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Pra gente que é preta então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito? (GONZALEZ, 2020, p. 81).

Portanto, o corpo negro em movimento porta os estigmas da “compulsiva sedução”, que, na perspectiva da branquitude masculinista, destina-se a suprir a sua necessidade, como objeto a ser (ab)usado. A compreensão hiperssexualizada do corpo negro culmina por legitimar as violências de que é alvo, conferindo-lhe a responsabilidade sobre os atos e invertendo a vitimização em direção reversa. É no campo da dança que, ao se expressar livremente e colocar em xeque a lógica colonial, o corpo amefricano reafirma a sua identidade genuína. O rebolado intenso e o movimento dos quadris, longe de qualquer redução ao domínio sexual, significa a continuidade da memória ancestral inscrita no corpo, pois, nas culturas africanas, a

corporalidade é um valor civilizatório, que documenta a integração entre corpo e terra – terreno de expressão e de ligação entre espaços e tempos. Dança-se pra agradecer o alimento que se come; pra homenagear a pessoa falecida; pra cumprir os rituais cotidianos que fazem parte da comunidade; enfim, a dança é expressão da vida, do corpo vivo, individual e comunitário.

Por isso, na diáspora, reforçamos a importância do *desbunde* (GONZALEZ, 2020) como devir que constitui o nosso ser no mundo. Não à toa, encontram-se nas periferias diversas formas criativas de expressão e manifestação da arte-vida, instanciadas no corpo-território. Veja-se, por exemplo, em um videoclipe como “Vai Malandra”⁵, de Anitta, gravado no Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro. Nele, ecoa o grito da artista quando, ao enfatizar o rebolado feminino e a imagem dos quadris desde a perspectiva da favela, destaca: “é a bunda que fala, né, minha filha?”. A realidade nua e crua denunciada pelo clipe vai na direção do que Ivana Bentes, em ensaio intitulado *Entenda! A bunda de Anitta é sujeito e não objeto*⁶, aponta como questionamento do lugar servil que fora imposto à bunda, pra satisfazer os prazeres do olhar e do gozo masculinos. A contrapelo, nesse redimensionamento proposto, insurge-se dos becos e vielas, das lajes e dos bailes, um fervor afrontoso que dismantela a ideia dos corpos negros como objetos e os anuncia como sujeitos históricos e políticos, de *corpo inteiro*.

Anúncio que, nas palavras de Gonzalez (2020, p. 91), ganha os contornos políticos que redefinem a própria linguagem, pois “[...] de repente, bunda é língua, é linguagem, é sentido e é coisa”. Por isso, adota-se aqui a escrita em “pretuguês”, proposto e conceituado pela intelectual, elegendo-a como a nossa língua de herança. Esse legado é proveniente dos ensinamentos das mulheres africanas que foram, segundo a autora, as primeiras educadoras brasileiras (GONZALEZ, 2020). Dessas mulheres herdamos uma forma singular de comunicação que é marcada por aportes linguístico-culturais africanos, com seus ritmos, musicalidades, ênfases e expressões. Se o samba é o gênero musical instituído como símbolo da identidade nacional brasileira, cabe ressaltar que, em Angola, na língua kimbundu, samba significa “rezar”. Daí, temos um estilo musical no Brasil que não deixa de se constituir como forma de oração e resistência, originário, não por acaso, das favelas cariocas.

É evidente que as conexões culturais entre o Brasil e as culturas africanas da diáspora são constantes nas formas de ser e viver dos/as brasileiros/as. Quando

⁵ ANITTA. Vai Malandra. YouTube, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kDhptBT_-VI>. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁶ BENTES, Ivana. “Entenda! A bunda de Anitta é sujeito e não objeto”. **Mídia Ninja**. Disponível em: <<https://midianinja.org/ivanabentes/entenda-a-bunda-de-anitta-e-sujeito-e-nao-objeto/>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

tematizamos as corporeidades afrodiaspóricas, sobretudo de mulheres negras, é essencial tratar também de afetividade e de reconexão para entender que, antes de tudo, o apagamento histórico vivenciado pelo povo negro resultou, dentre várias consequências nefastas, na invisibilização de seus saberes, práticas e experiências. Por isso, é fundamental retomar as produções, práticas e teóricas, das mulheres africanas e afrodiaspóricas, para compreender o nosso lugar no mundo.

Segundo a atriz e cineasta moçambicana Sónia André (ANDRÉ; SILVA, 2020, p. 247), “[...] a mulher é sinônimo de força viva e ancestral”. “É a única com capacidade de se comunicar e se unir com a natureza e a transcendência, naturalmente, mensalmente”, conforme afirma a personagem do filme *Mwany*⁷ (2013). Afirma-se, portanto, a força e a resiliência ancestrais das mulheres afrodiaspóricas, que são oriundas de sociedades africanas matriarcais e matrilineares (OYĚWŪMÍ, 2016). Sublinha-se, ainda, sua conexão com a natureza, que está presente nas roças e nos espaços religiosos de matrizes africanas no Brasil, onde África é transcriada nos territórios de (re)existência em América Latina, demonstrando o *continuum* destacado por Beatriz Nascimento (2018, p. 337): “[...] o quilombo é memória que não acontece só para os negros, acontece para a nação. Ele aparece, ele surge nos momentos de crise da nacionalidade. A nós não nos cabe valorizar a história. A nós cabe ver o *continuum* dessa história”.

Nesse sentido, conceber as juventudes negras e periféricas como se não houvesse nada a aprender com elas é esvaziá-las de potencialidades e silenciar, uma vez mais, corpos e vozes comprometidos com lutas sociais e repactuações políticas e simbólicas. A imposição de uma única cosmovisão é fonte geradora de conflitos que impedem diálogos e trânsitos de perspectivas e experiências, fundamentais para afirmação da agência de diferentes sujeitos/as históricos/as.

No que diz respeito a essa perspectiva, Renato Nogueira (2012, p. 147), no ensaio *Ubuntu como modo de existir*, elucida que o Ubuntu pode ser traduzido como “o que é comum a todas as pessoas”, afirmando que um ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos. Assim, é inegável que uma educação positiva, viva e plural, requer que se paute a afetividade e o acolhimento, pois nas experiências educacionais contemporâneas, o corpo negro segue, a despeito das políticas de ações afirmativas, invisibilizado pelo racismo institucional e estrutural. É fundamental, desse modo, desenvolver uma escuta atenta a esses corpos e sensibilizar-nos para ampliar a

⁷ MWANY. Direção de Nivaldo Vasconcelos. Maceió/AL: Filmes Atroá, 2013. (18min.). Disponível em: <<https://vimeo.com/116765798>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

percepção de um diálogo que é anterior à fala, o diálogo do corpo, que se comunica até mesmo em silêncio.

A necessidade da escuta do corpo e de considerar o contexto de vida de cada sujeito, assim como a comunidade em que está inserido, assume uma importância significativa para a harmonia dos convívios sociais, entendendo que o processo de trocas culturais é permanente. As manifestações socioculturais são âmbitos importantes para pensar o porvir de um educar em movimento e em diálogo com as pedagogias comunitárias das favelas, territórios onde as culturas negras reassentaram-se no contexto da diáspora.

Esse *continuum* de reexistências está presente nas formas de ser e viver dos/as sujeitos/as periféricos/as que, apesar do lugar de subalternidade delegado pelo sistema branco-hegemônico, recriam seu próprio *ethos* a partir da corporeidade ancorada nas matrizes africanas e indígenas. Desta feita, segundo Nascimento (2018, p. 327): “[...] a cultura negra que conseguiu se amalgamar com a cultura índia é realmente a cultura brasileira, uma cultura muito forte. Mas se insiste em impor como cultura o próprio termo cultura como sendo uma coisa nobre e europeia”.

Pelo exposto, verificamos a importância de reafirmarmos nossos saberes e práticas, tomando o corpo afrodiaspórico como principal agente na constituição desse processo. Considera-se os valores civilizatórios africanos como elementos centrais para a compreensão do corpo-território negro em diáspora, que experimenta, historicamente, os efeitos aniquiladores do sistema escravista e colonial, com reflexos notórios ainda hoje. As ressignificações propostas pelas culturas negras, que recriam formas de enunciação e resistência, conforme destacadas por Nascimento (2018; 2021), exprimem a ideia de transmigração, por meio da qual o corpo transatlântico reconstrói sua identidade político-cultural, sociolinguística e religiosa, de modo a asseverar a sua autenticidade e combater as opressões interseccionadas que o vitimiza nas sociedades cujos rastros coloniais são ainda presentes.

Considerações finais

Nesse ressoar de vozes, denunciam-se as violências e as dores vividas por pessoas negras em uma sociedade estruturalmente racista, sem deixar de anunciar as práticas culturais amefricanas como expressões contínuas de resistência. Essas pautas são retomadas em diversos espaços e agendas, que problematizam inaccessos e permanências de barreiras raciais/sexuais, que se traduzem na manutenção da desigualdade de oportunidades. Nesse contexto, buscou-se tematizar a pluralidade de expressões, linguagens e manifestações culturais produzidas pelos corpos-territórios

negros e periféricos, por meio das poéticas e políticas que se configuram como elementos cruciais de luta e sobrevivência em topografias atravessadas pelo ímpeto repressivo da empresa colonial e pelos seus mecanismos coercitivos.

Para a população negra, a cultura é prática em movimento, que adquire os contornos dos saberes/fazeres territorializados como parte das expressões, articulações e experiências da vida. Nesse território ladino-amefricano, pra que possamos reexistir e (re)escrever histórias e narrativas efetivamente democráticas, é imprescindível a conexão com as culturas da diáspora africana. Como *sankofa*, de olho no passado, recupera-se as experiências vividas em nome de um tempo porvir. Afrontar as institucionalidades e os imaginários coletivos significa, assim, reorientar a história, ao ritmo que nos conduz ao necessário levante periférico nesse exercício de escrita e existência, a um só tempo, político e poético. Ou, ainda, em direção ao *desbunde* que, por ultrapassar as margens instituídas, com os pés no chão do território, fissura as linhas melódicas da colonialidade.

Referências

- ANDRÉ, S.; SILVA, L. I. C. As nuances do ser e se sentir mulher das mulheres de vilarejos de Moçambique. In: MORTARI, C.; WITTMANN, L (Orgs.) **Narrativas Insurgentes**: descolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.
- CARNEIRO, S. Prefácio. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.
- HOOKS, B. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOPE, D. P. **Inna Di Dancehall**: Popular culture and politics of identity in Jamaica. Kingston: Ed. University of the West Indies Press, 2012.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- MEIRELLES, R.; ATHAYDE, C. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Edita Gente, 2014.
- NASCIMENTO, M. B. **Quilombola e intelectual**: Possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, M. B. **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Zahar, 2021.

NOGUERA, R. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista.

Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, v. 3, p. 147, 2012.

OYĚWÙMÍ, O. 'Matrpotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. In:

OYĚWÙMÍ, O. **What Gender is Motherhood?** Changing Yorùbá ideals of power, procreation, and identity in the age of Modernity. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. p. 57-92.

RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006.

Parque urbano linear para a cidade de Rondonópolis, um caminho verde às margens do Rio Vermelho

Rodrigo Silva de Assis^{*}

Gilliard Siqueira Benites^{**}

Fabiane Krolow^{***}

Paula Roberta Ramos Libos^{****}

Danielle Ferraz Garcia^{*****}

Introdução

Este artigo tem como tema a proposição de implantação de um parque urbano linear no município de Rondonópolis – MT, inserido no bairro Vila Aurora, à margem direita do Rio Vermelho, esquecido na paisagem urbana.

Verifica-se que a paisagem urbana de grande parte das cidades brasileiras tem passado por intensas transformações nas últimas décadas, especialmente a partir da segunda metade do século XX, decorrentes de um acelerado processo de urbanização, que raramente tem sido acompanhado por planejamento e ordenação do uso e ocupação do solo. Isso tem acarretado, especialmente nos grandes e médios centros urbanos, uma série de problemas como: ocupações irregulares, contaminação do solo e das águas, impermeabilização do solo, alagamento, assoreamento de cursos d'água,

^{*} Arquiteto e Urbanista, docente nos Cursos da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Tecnologia da Universidade de Cuiabá, UNIC.

E-mail: rodrigo.assis@educadores.net.br

^{**} Estudante no Curso de Arquitetura e Urbanismo – UNIC.

E-mail: gilli_sb@hotmail.com

^{***} Engenheira Civil, Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea, Docente e Coordenadora Adjunta nos Cursos da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Tecnologia da Universidade de Cuiabá, UNIC Cuiabá.

E-mail: fabianekrolow@gmail.com

^{****} Arquiteta e Urbanista, Mestre em Física Ambiental, Coordenadora do Curso da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Tecnologia da Universidade de Cuiabá, UNIC Cuiabá.

E-mail: paulalibos@gmail.com

^{*****} Arquiteta e Urbanista, docente nos Cursos da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Tecnologia da Universidade de Cuiabá, UNIC.

E-mail: danielle.garcia@kroton.com.br

ausência de áreas verdes e espaços públicos de lazer, mobilidade urbana precária, entre outros problemas que, em conjunto, fazem diminuir a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, o presente trabalho objetiva propor uma intervenção urbanística por meio da implantação de um parque urbano linear, com a finalidade de promover a conservação dos recursos ambientais, especialmente os que estão dentro de áreas de preservação permanente; oferecer espaços públicos de lazer à população; bem como proporcionar melhorias na mobilidade urbana com opções de rotas de locomoção não motorizadas.

Os parques na cidade

Apesar da grande relevância que possui, o tema ou conceito de parque urbano muitas vezes confunde-se com termos afins, como áreas verdes, praças, áreas de conservação, entre outros, e por isso reveste-se de importância uma definição que delimite sua abrangência, evitando assim a confusão que muitas vezes permeia os meios acadêmicos, de comunicação, bem como os setores públicos (TEIXEIRA, 2007).

Segundo Macedo (2003, p. 07), “[...] o parque urbano é um produto da cidade da era industrial”, cujas funções e características passaram por diversas variações desde suas origens no século XVIII, de forma que hoje, parque pode ser considerado:

Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente [...] (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 14).

Tanto para Kliass (1993 apud TEIXEIRA, 2007), como para Carneiro e Mesquita (2000 apud MENDONÇA, 2007), a concepção de parque é de um local voltado ao lazer, com predominância de vegetação e outros elementos naturais, e que devido às suas dimensões, tem na hierarquia urbana, uma posição acima da quadra ou da praça.

Programa de necessidades para o projeto

O programa de intervenções ora proposto teve como principal estratégia de elaboração a análise de projetos já executados e de temática semelhante, dentre eles: Parque Urbano da Orla do Guaíba (2018), em Porto Alegre – RS, de autoria do arquiteto Jaime Lerner; Parque Madureira (2012), no Rio de Janeiro – RJ, cujo projeto é de autoria do arquiteto Ruy Rezende; Madrid Rio (2006), em Madri, Espanha, projeto de autoria dos escritórios West 8, Burgos & Garrido, Porras La Casta e Rubio Alvarez Sala.

Considerando que o parque urbano surge como “[...] uma necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano” (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 07). O programa para o projeto está organizado em quatro setores principais, divididos de acordo com as funções predominantes dos ambientes, sendo eles: o setor operacional, setor de lazer, setor de alimentação e setor de serviço.

Aspectos do lugar e diagnóstico da área

A cidade de Rondonópolis, município no qual está situada a área da intervenção proposta por este trabalho, está localizada na região sudeste do estado de Mato Grosso, a uma altitude de 227 metros, distante cerca de 210 quilômetros da capital Cuiabá. Sua população estimada em 2020, conforme dados do IBGE, é de 236.042 habitantes, e seu PIB (Produto Interno Bruto) no ano de 2017 foi da ordem de R\$ 9,598 bilhões (IBGE, 2020).

O terreno está inserido na malha urbana do município, mais precisamente entre a margem direita do Rio Vermelho e a Rua Fernando Correa da Costa, e entre a Avenida Lions Internacional e o Ribeirão Arareau. O mesmo possui aproximadamente 1,1 quilômetro de extensão no sentido de seu comprimento, e dimensões variadas no sentido da largura, estando delimitado neste sentido, de um lado pelo rio, e do outro pelos terrenos e edificações localizados na Rua Fernando Correa da Costa, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Área de intervenção e pontos de interesse



Fonte: Google Earth (adaptado pelos autores).

A escolha da área se deu por três motivos básicos: sendo o primeiro deles o fato de ser um local com vegetação relativamente bem preservada, as demais características do terreno em relação ao paisagismo existente, o segundo motivo por ser um local que viabiliza o uso do espaço para o lazer na cidade, e o terceiro motivo, por criar um corredor de mobilidade urbana, possibilitando interligação do centro com as demais regiões da cidade.

Proposta de projeto para um caminho verde às margens do Rio Vermelho

Estratégia de adoção do Partido

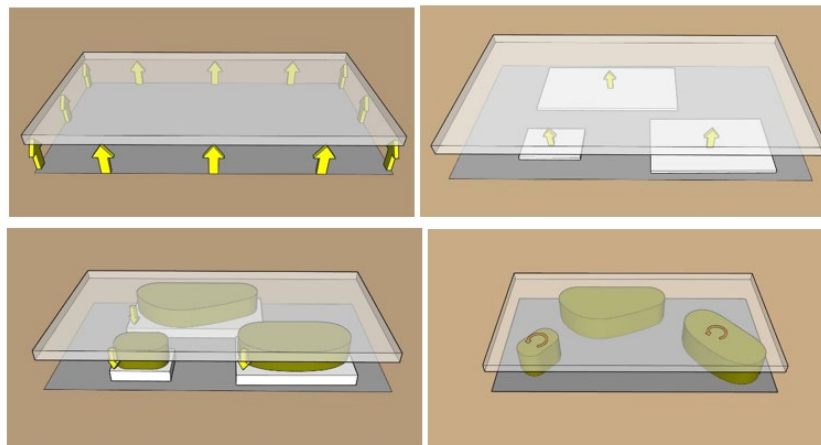
Conforme Neves (1989), em arquitetura, o partido é entendido como a ideia preliminar do edifício, ou ainda sua concepção inicial, resultante da escolha da ideia que norteará o projeto. Ainda conforme o autor esse é um ato criativo de síntese, resultado da combinação de informações relativas aos aspectos conceituais e aspectos do lugar com as decisões de projeto.

Nessa proposta, a principal referência arquitetônica adotada foi a Marquise do Ibirapuera, no entanto, diferentemente da obra de Niemeyer, as linhas predominantes são retilíneas e não sinuosas, neste que pode ser considerado o principal elemento da composição formal das edificações do parque, ou seja, a cobertura.

Exploração formal e compositiva

A forma proposta para as edificações dos blocos de sanitários, lanchonetes e pavilhões 1 e 2, teve como ponto de partida a cobertura, pensada como uma grande marquise de formas simples e retilíneas, sob a qual foram dispostos os volumes que correspondem aos elementos do programa de cada edificação (Figura 2); tais volumes tiveram as formas e disposição trabalhadas para que dialogassem entre si e com o entorno (praça), ao passo que, em contraste com a cobertura o conjunto imprime uma identidade visual própria.

Figura 2 – Processo de evolução da forma



Fonte: Os autores.

Projeto do parque linear

O projeto propõe uma praça de acesso, uma praça central dois pavilhões, estacionamento com mirante, sanitários e lanchonete, quadra poliesportiva, ponte sobre o rio e dois decks, além de um píer, um posto de vigilância com área de descanso, um teatro ao ar livre, espaço de lixo, parque das águas lateral ao Ribeirão Arareau, contando com ciclovias suspensas e no solo em toda extensão do parque conforme mostra a planta de implantação do parque na Figura 3.

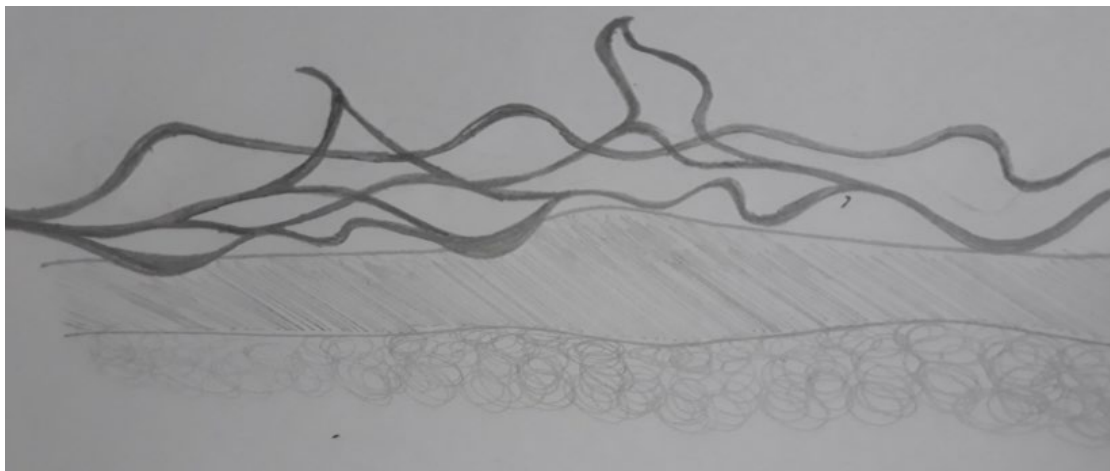
Figura 3 – Implantação



Fonte: Os autores.

Dentre as ideias dominantes, a que mais influenciou o partido foi a de integração espacial e visual entre o rio, o parque e a cidade. Para tanto, o estudo do projeto foi estruturado por um eixo de circulação no sentido longitudinal do terreno, onde se propõem caminhos sinuosos - inspirados nos meandros do rio (Figura 4) - tanto para a ciclovia como para a pista de caminhada, como forma de aguçar a curiosidade do usuário para percorrer todo o parque, além de tirar proveito da topografia do terreno.

Figura 4 – Partido arquitetônico (meandros/caminhos)



Fonte: Os autores.

O conceito é de um grande passeio em meio à natureza, onde o visitante possa experimentar diversas sensações, provocadas principalmente pelos diferentes visuais propostos: ora um cenário bucólico em meio às trilhas na mata, ora vistas da cidade e suas estruturas, e ora as águas do Rio Vermelho. No entanto, como “[...] convidar as pessoas para caminhar e pedalar na cidade é um início, mas não basta. O convite deve incluir opções de se sentar e passar um tempo na cidade” (GEHL, 2014, p. 147). O projeto propõe também edificações de integração entre os espaços, com uma linguagem arquitetônica contemporânea, onde contrapõem-se linhas orgânicas e ortogonais que, ao mesmo tempo, buscam expressividade e imponência, bem como harmonização com a paisagem natural. Assim como nos caminhos do parque, a integração foi um dos principais fatores que influenciaram o partido arquitetônico, o que reflete diretamente na concepção das edificações, caracterizadas por amplos espaços abertos, onde as demarcações entre interior e exterior são muito sutis e convidam os usuários a usar os espaços.

Localizada na porção central do terreno, o acesso à praça se dá por meio de uma via com ligação direta à Rua Fernando Corrêa da Costa, numa espécie de prolongamento da Av. Duque de Caxias. A escolha da área para a sua implantação se deu, pelo fato da facilidade no acesso, por estar fora da Área de Preservação Permanente, ter grandes dimensões, não conter muita cobertura vegetal arbórea e ter baixa declividade, o que possibilita uma menor movimentação de terra. Os principais ambientes/edificações implantados nessa área são: o estacionamento, a rua compartilhada, a praça propriamente dita, os pavilhões com cobertura verde e a estrutura do mirante em conjunto com o estacionamento, o qual pode ser observado, como colocado por Cullen (1971), como o ponto de interesse no Parque (Figura 5).

Figura 5 – Imagem Ilustrativa dos pavilhões e estacionamento



Fonte: Os autores.

A escolha e disposição dos ambientes e edificações busca proporcionar uma variedade de usos, busca “[...] a relação do homem com o seu meio ambiente depende de seu aparelhamento sensorial e mais da maneira como este é condicionado a reger” (HALL, 1977, p. 66). O projeto traz então a praça como um local com constante atividade e presença de público, sendo possível utilizar os espaços para festivais gastronômicos na modalidade *food truck*.

Ao pensar na distribuição do espaço, é importante considerar, que segundo Hall (1977, p. 97):

O espaço de características fixas é uma das maneiras básicas de organizar atividades de indivíduos e grupos. Inclui manifestações materiais e ocultas, projetos internalizados que regem o comportamento, enquanto o homem se movimenta por esta terra. Os edifícios são uma manifestação de modelos de características fixas, mas estão também agrupados de maneira própria e divididos internamente segundo projetos culturalmente determinados. O traçado de vilas, cidades, metrópoles e do campo interposto não é casual, mas segue um plano que muda com o tempo e a cultura.

De forma a direcionar o projeto para a integração cultural, os demais ambientes da praça tem como premissa a integração e flexibilidade, de forma que a população se aproprie dos espaços dando novos usos; os espaços de circulação e convivência sob a cobertura dos pavilhões, por exemplo, podem ser utilizados para realização de exposições de arte, feiras de artesanato, aulas de dança, etc.; as áreas verdes ao redor da praça podem ser usadas para piqueniques, prática de slackline, ou mesmo apenas para descanso, a praça dispõe de espaço para prática de jogos de mesa e/ou tabuleiro, sob a sombra do pergolado, onde estão dispostas mesas com tabuleiros para jogos de xadrez ou dama e mesas de ping pong. O programa ainda é composto por um playground, academia ao ar livre, pelos pavilhões A e B que dão suporte às demais atividades da praça e pelo mirante, implantado mais próximo da mata ciliar em uma posição centralizada, de maneira que fique destacado na paisagem, como podem ser vistos os espaços na Figura 6.

Figura 6 – Imagens dos espaços propostos no projeto



Fonte: Os autores.

Considerando que “[...] abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível, são as causas mais frequentes da apropriação do espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais” (CULLEN, 1971, p. 25), para abrigar parte do programa arquitetônico da praça optou-se pela implantação de duas edificações, no caso, os pavilhões A e B. Trata-se de duas grandes coberturas com teto jardim, sob as quais estão blocos independentes, sendo no Pavilhão A os blocos correspondentes ao restaurante, ao café/lanchonete e o que compreende os sanitários e lojas. Por serem abertos, na prática, os pavilhões funcionam como uma espécie de praça coberta, em que, entre os blocos supracitados tem-se ampla área de convivência e/ou circulação onde podem ser realizadas diversas atividades como feiras, exposições, apresentações artísticas, entre outras. O objetivo da proposta é que, conforme a demanda, os próprios usuários tenham liberdade para dar novos usos para o ambiente, e por isso ele tem essa característica de integração. Para reforçar esse aspecto foram colocadas grandes aberturas zenitais, sob as quais estão áreas verdes circundadas por bancos, harmonizando com o layout da praça e trazendo iluminação natural. Quanto à disposição dos blocos não seguem uma regra rígida, porém foram alocados de maneira a preservar a funcionalidade e estética dos ambientes e propiciar integração visual e espacial com o entorno (Figura 7).

Figura 7 – Imagens dos espaços propostos no projeto



Fonte: Os autores.

Localizada na extremidade do terreno, a praça de acesso ocupa uma área que antes abrigou uma draga/depósito de areia, local que foi escolhido, pela facilidade de acesso, e pelo fato de a área de preservação permanente dessa parte do terreno estar bastante degradada, trazendo lazer e cultura, além da conscientização de preservação. A implantação da praça buscou se adequar o máximo possível ao perfil natural do terreno, minimizando assim as movimentações de terra e a extração de árvores. O desenho da praça segue as linhas orgânicas das demais áreas do parque, que busca se harmonizar com as formas da natureza (Figura 8). O contraponto fica pela edificação que abriga a lanchonete e os sanitários, cujo desenho mais retilíneo é o mesmo que se observa na edificação de mesma finalidade localizada na outra praça de acesso. Buscando aproveitar o desnível existente no terreno, onde outrora era lançada a areia extraída do rio, propôs-se um teatro ao ar livre (Figura 8), de forma que, além do uso diversificado que dá à área também permite a proteção do solo contra possíveis erosões e deslizamentos, visto que o projeto prevê o uso de gabiões para a estabilização do solo do local, criando também nesse desnível, a arquibancada do teatro. Além do teatro, da lanchonete e sanitários, a praça é equipada com uma academia ao ar livre, que possibilita a prática de atividades físicas e alongamentos e diversifica ainda mais o seu uso.

Figura 8 – Imagens Ilustrativas



Fonte: Os autores.

Buscando atender aos “[...] princípios fundamentais de revitalização do próprio terreno do conjunto e de suas fronteiras que precisam ser reintegradas” (JACOBS, 2014, p. 261), uma maior interação entre os usuários do parque e o rio, em meio aos passeios foram propostos dois decks à margem do rio (Figura 9), sendo um em uma posição mais elevada em relação ao nível da água, estando apoiado diretamente no solo da margem e outro, uma cota mais baixa, num local de pedreira onde, quando o nível do rio se encontra mais baixo, se forma uma praia. A disposição dos decks buscou incorporá-los à trama de caminhos dos parques, de forma que fossem acessíveis e que naturalmente fizessem parte do trajeto da pista de caminhada. Como uma das principais funções dos mesmos é a contemplação, são dotados de bancos e iluminação, de forma que possam ser usados tanto de dia como à noite. Também foi proposto um píer, cuja finalidade principal é a atracação de pequenas embarcações, favorecendo a prática de esportes náuticos, bem como estimula as pessoas a conhecerem o rio, pois possibilita acesso seguro ao mesmo, inclusive para as pessoas que vivem da pesca, que assim podem fazer a descarga de seus produtos com mais facilidade. Parte de sua estrutura é flutuante, se adequando assim aos diferentes níveis da água, o que aumenta sua usabilidade.

Figura 9 – Imagens dos decks e píer



Fonte: Os autores.

Tendo em vista as grandes dimensões do parque e visando proporcionar maior conforto e segurança aos usuários, foram propostas duas áreas de descanso, ambas estruturadas com bancos, pergolado, bebedouros e também um posto de segurança, uma espécie de guarita que pode ser utilizada pela polícia ou guarda municipal para realizar a segurança do local. Ambas estão localizadas num ponto intermediário entre duas praças, e a escolha do local se deu além da distância, pela questão da topografia, onde se privilegiou áreas mais planas.

Considerações finais

O tema deste trabalho, parque urbano, tem origem na necessidade da população por espaços públicos de lazer, necessidade esta que surgiu com as intensas transformações por que passaram as cidades principalmente após a Revolução Industrial; mas, para além dessa gênese, em tempos modernos comporta funções diversas como a de conservação de recursos naturais, fomento da cultura, do turismo, dentre outras, e por esse motivo foi o tema escolhido para este trabalho tendo em vista a carência que o município de Rondonópolis tem de tais espaços.

O modelo de parque urbano linear optado no projeto, é uma das modalidades de parque urbano, que segundo Martins (2015, p. 04) propõe:

[...] intervenções urbanísticas que criam ou recuperam áreas verdes associadas à rede hídrica, utilizados como instrumentos estruturadores de programas ambientais em áreas urbanas, para o planejamento e gestão de áreas degradadas. [...] Essas áreas são destinadas tanto à conservação quanto à preservação dos recursos naturais a partir da interligação de fragmentos de vegetação e da agregação de funções de uso humano, promovendo lazer, cultura e rotas de locomoção não motorizada (ciclovias e caminhos de pedestres).

Após o estudo do local, foi delimitado o local da ação, e considerando o potencial paisagístico da área e a vulnerabilidade que a mesma tem em relação a ocupação humana, propõe-se, como solução para o problema do lugar a implantação de um parque urbano linear, com o objetivo de preservar, oferecer espaços de lazer à população e contribuir com a melhoria da mobilidade urbana. A implantação do parque traz visibilidade e usabilidade à área, inibe a ocupação irregular, o depósito indevido de lixo, a degradação da vegetação, além de promover a consciência ambiental na população ao colocá-la em contato mais próximo com a natureza; melhora a qualidade de vida da população por meio da oferta de equipamentos de lazer, recreação e esportivos; integra e amplia rotas de locomoção não motorizadas por meio da implantação de ciclovia e pista de caminhada.

O projeto propõe espaços que possibilitam a integração do homem com a natureza e cultura, trazendo também, soluções de grande relevância social no local em que está inserido, inclusive apontando para a possibilidade de expansão da intervenção para além dos limites ora fixados.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

A TRIBUNA Mato Grosso. **Rondonópolis se aproxima das 100 cidades mais ricas**. Disponível em: <<https://www.tribunamt.com.br/2017/12/16/rondonopolis-se-aproxima-das-100-cidades-mais-ricas/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2014.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Rondonópolis**. Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/panorama>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000200013>. Acesso em: 06 set. 2018.

NEVES, L. P. **Adoção do partido na arquitetura**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

A cultura alemã e italiana na paisagem de Carlos Barbosa/RS: um olhar a partir da arquitetura típica

Ligian Cristiano Gomes^{*}

Eduardo Schiavone Cardoso^{**}

Introdução

O estudo da Geografia Cultural apresenta-se como uma das formas de interpretar e analisar a organização espacial, bem como, explicar a relação sociedade/natureza. Deste modo, os fatores e elementos culturais tomam na sociedade atual uma importância central, tanto no aspecto de congregar o processo de reprodução e acumulação capitalista, bem como de divulgar e propagar os valores, percepções e comportamentos definidores das atuais relações sociais quanto individuais.

Por meio das relações sociais de determinados grupos, ocorre a materialização de suas singularidades e peculiaridades nas mais diversas paisagens. Pode-se afirmar assim, que muitas paisagens diferenciadas se formam a partir da existência de culturas com sistemas simbólicos representativos, que imprimem nesse espaço suas características peculiares. Assim, a paisagem ganha significado cultural, ou seja, as paisagens naturais evoluem para paisagens culturais (NENE CAETANO; BEZZI, 2011).

A partir disto, a materialização dos códigos culturais inerentes aos grupos sociais acaba por transformar o local em que migram, corroborando para a consolidação dos seus aspectos culturais no espaço, os quais os solidificam quanto grupos e agentes promotores de difusão da cultura.

Desta maneira, parte-se do pressuposto da importância da colonização europeia a partir do século XIX para o desenvolvimento socioespacial do território brasileiro,

^{*} Possui graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGgeo) da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: ligiangomes53@gmail.com

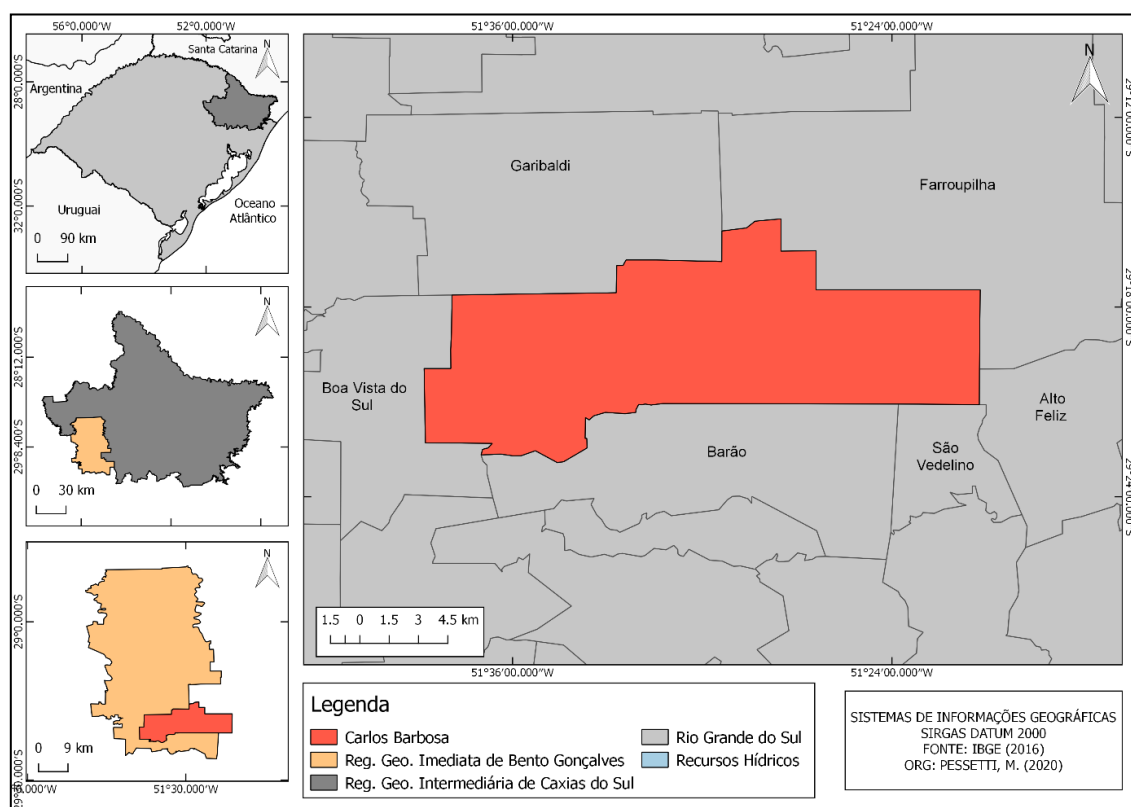
^{**} Possui graduação em Geografia Bacharelado e Licenciatura plena pela Universidade de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: educard2016@gmail.com

principalmente do estado do Rio Grande do Sul e no que se refere a área de estudo, o município de Carlos Barbosa/RS.

Salienta-se que nesta investigação selecionou-se a unidade territorial de Carlos Barbosa, pois apresenta códigos culturais relevantes para a sua formação socioespacial. Em relação aos códigos culturais existentes, pode-se enfatizar a arquitetura típica deixada pelos imigrantes durante e posteriormente o processo de colonização do município. Tal código torna-se evidente na paisagem da municipalidade e corrobora a investigação pelo viés cultural (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Carlos Barbosa/RS



Fonte: Malha digital do IBGE (2010).

A investigação tem como objetivo geral analisar a arquitetura típica alemã e italiana na paisagem de Carlos Barbosa/RS. Como objetivos específicos a) buscou-se identificar as construções que remetem ao estilo arquitetônico típico das etnias, b) ressaltar as características pertinentes nas edificações presentes no município e, c)

espacializar as construções que remetem aos imigrantes alemães e italianos de Carlos Barbosa.

A relevância desta investigação está atrelada a importância dos estudos referentes à temática cultural, através dos processos de identificação que se materializam mediante uma simbologia específica, neste contexto, a arquitetura típica presente e materializada em Carlos Barbosa.

Assim, estudar e entender a cultura não só contribui para os aspectos sociais de uma determinada região e suas manifestações no espaço, mas também torna possível analisar/compreender ações para o desenvolvimento de determinadas áreas que se encontram atreladas a cultura. Conceitualmente pode-se inferir percepções sobre cultura, códigos culturais e paisagem cultural, tais conceitos estabelecem subsídios teóricos para esta discussão, onde a compreensão cultural é essencial.

As concepções acerca do conceito de cultura, na Geografia cultural são conectadas/interligadas na necessidade de compreender os fenômenos na sua totalidade, como também, globalidade, o qual é relacionado a abordagem holística. Todavia, a cultura independentemente de ser um campo compartilhado em conjunto pertinente a ciências humanas, possuem conjunções, pois cada grupo social percebe e transmite suas práticas e saberes de forma singular sobre seu respectivo espaço.

Podemos ressaltar que o homem se configura produtor e produto de sua cultura, materializando sobre o espaço criações pertinentes, que podem caracterizar-se na forma de construções, materialmente e, por meio da fé, crenças, configurando-se por criações imateriais. Assim, utiliza-se de processos simbólicos que determinam sua identidade étnico cultural, estabelecendo seus códigos culturais.

Uma cultura materializada no espaço por meio dos códigos culturais é caracterizada como um conjunto de símbolos que priorizam a perpetuação dessa cultura. Os códigos proporcionam, por sua vez, transferências de características culturais de determinado grupo social mediante suas gerações.

A essência cultural que orienta as ações de um grupo social materializa-se no espaço, mediada por códigos específicos. Há toda uma simbologia representada nas formas, cada qual com significado próprio. Os códigos constituem-se na simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Tais códigos encontram-se impressos nas mais diferentes paisagens (VOITG, 2013).

A paisagem tem-se constituído, ao longo da historiografia do pensamento geográfico, em uma das categorias analíticas para a interpretação espacial.

Considerando-se que, inicialmente, as pesquisas geográficas eram baseadas na observação e descrição, as paisagens, principalmente, as agrárias, eram valorizadas pelos primeiros investigadores desse campo científico demonstrando que a presença do homem era fundamental na sua organização (NENE CAETANO; BEZZI, 2011).

Quando se fala em paisagem cultural, esta refere-se ao arcabouço teórico geográfico que determinada área apresenta e, onde manifesta diversas opções e mudanças realizadas pelo homem quanto à uma comunidade cultural. A paisagem carrega a marca da cultura, serve-lhe como matriz e se constitui objeto privilegiado dos trabalhos da geografia cultural e cuja interpretação é uma tarefa fascinante para os geógrafos e arquitetos ocupados com as realidades culturais (CLAVAL, 2007).

Metodologia

Metodologicamente, a pesquisa estruturou-se em etapas, as quais podem ser contempladas da seguinte maneira: 1) Na primeira etapa realizou-se um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos e materiais necessários para discutir a investigação. 2) A segunda etapa constituiu-se no levantamento em fontes secundárias, tais como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), além das secretarias do município. 3) O trabalho de campo configurou-se como a terceira etapa desta pesquisa, o qual foi vital para evidenciar a arquitetura típica presente na municipalidade. 4) Por fim, a quarta e última etapa estabeleceu-se na análise e interpretação dos dados/mateiras coletados, os quais promoveram a materialização dos aspectos culturais arquitetônicos postos no município de Carlos Barbosa.

Resultados e discussões

Os estudos culturais atualmente tornaram-se objeto de estudo de diversas ciências. Entretanto, na Geografia, esta temática é estudada e analisada desde a sua gênese, visando explicar as relações humanas e suas mais variadas manifestações sobre o espaço. Deste modo, acaba-se por estabelecer uma diversidade de temas a serem investigados nas pesquisas que são realizadas neste campo do conhecimento científico.

Para os geógrafos que trabalham com a temática cultural e buscam analisar a dinâmica da sociedade, é fundamental identificar aspectos peculiares provenientes do processo de desenvolvimento/incremento/transformação socioespacial. Neste sentido, para melhor compreensão das peculiaridades de determinados aspectos étnicos, aponta-se a identificação dos códigos culturais. Assim, os códigos culturais materiais são visualizados por meio do estilo arquitetônico das casas, música, religião,

festas e vestuário e, posteriormente, os imateriais, visualizados por meio das normas, crenças, valores e das ideologias, como entre outros.

Neste sentido, ressalta-se que as etnias apresentam características típicas que são intrínsecas a estes grupos sociais. Deste modo, culturalmente, as convenções variam de acordo com a cultura, pois o que é significativo em termos de preceitos, por um grupo social não é para outro. São níveis de significação distintos, construídos por sistemas sociais oriundos de uma combinação única de cultura e tempo. Portanto, são variáveis, pois o que se configura como regra na atualidade pode não permanecer da mesma forma num futuro próximo (BRUM NETO; BEZZI, 2008).

Portando, os códigos culturais surgem das ações que orientam os grupos sociais e que são responsáveis pela visibilidade e difusão desta cultura. Estes, são a produção e reprodução da vida material humana, sendo elas materiais e imateriais, mediados na consciência e sustentados por meio dos códigos existentes (BRUM NETO, 2007).

É notório que, para todos, a arquitetura está sempre ligada à algum grupo social. Mas quase todos nós não sabemos dizer com exatidão como entrelaçam-se os significados deste conceito, desta palavra. Também, de certo modo, as pessoas procuram achar um vínculo entre a arquitetura que observam, com a beleza que lhes propicia. Então, tem-se que a arquitetura seria apenas esse tipo de compreensão e análise, mas nas questões culturais, essa percepção tende a ter mais significado.

Para os grupos étnicos, esse conceito acaba por se estabelecer com maior peso, sendo este expressado mediante a materialização de alguma marca arquitetônica, de uma casa típica da etnia, que além de estar posta na paisagem, remete inúmeros significados históricos e de sentimento de pertença a esse povo que a remete.

Desta forma, Carlos Barbosa materializa no espaço seus códigos culturais, evidenciando desta forma, a relevância histórico-étnica-cultural existente. A construção do sentimento de valorização cultural é observada num simples caminhar pelas ruas do município.

Neste contexto, ao referenciar o que foi exposto nos parágrafos anteriores, inicia-se salientando os traços arquitetônicos deixados pelos imigrantes germânicos, presentes e materializados como códigos culturais materiais na paisagem de Carlos Barbosa. Sendo que, este grupo configura-se como primeiro grupo de imigrantes a colonizar a municipalidade, mesmo que, já tivesse traços de povos indígenas anteriores a eles naquele recorte espacial.

Cabe ressaltar que, segundo informações obtidas juntamente com o trabalho de campo e com a prefeitura municipal, este código cultural encontra-se presente em algumas localidades da área rural do município e, não há grandes exemplares deste código preservados e materializados na atualidade.

Quando se fala em arquitetura típica alemã remetemos a construções, casas, que denotam de um estilo arquitetônico único. Esse estilo é denominado de Enxaimel. Trata-se de uma técnica de construção baseada na montagem de paredes com hastes de madeira encaixadas entre si, onde o posicionamento dessas hastes pode ser horizontal, vertical ou inclinado e, o preenchimento entre os espaços é feito basicamente por pedras e/ou tijolos.

Outro fator que merece destaque é o telhado destas construções. Ele é significativamente inclinado, padrão este estabelecido devido ao clima alemão, reconhecido pelo alto volume de chuvas e umidade durante praticamente todo o ano. Deste modo, a estrutura elevada e bem inclinada faz com que a madeira não molhe, e com isto, tenha uma resistência as intempéries diárias por mais tempo.

Ressalta-se que na Alemanha a construção Enxaimel se desenvolveu onde havia grande abundância de madeiras adequadas e com maior resistência, chamadas de lei, ou seja, por toda a planície germânica e planalto médio, no centro da Alemanha. A madeira mais empregada era de Carvalho, que no período de colonização era encontrada em grande quantidade nessas regiões. Mas o carvalho caracteriza-se por crescer muito devagar, necessitando de um período de 200 anos para poder ser abatido. Por isso, ele começou a acabar e foi substituído pela madeira de Abeto e de Faia. Como a cultura germânica sempre teve uma população aldeã muito sedentária e onde os contatos entre as diversas regiões eram difíceis e pouco frequentes, a difusão do Enxaimel não foi linear (WEIMER, 2005).

Cabe ressaltar que, marcadas por uma beleza e imponência características, as construções de estilo carregam toda a disciplina, dedicação e personalidade alemã para diferentes locações brasileiras. Muitas delas foram construídas pelos próprios alemães. Munidos de máquinas e equipamentos de alta tecnologia, principalmente na época em que migraram para o Brasil, eles mesmos fabricaram tijolos, telhas e pisos que traziam toda a sofisticação germânica (PORTOBELLO, 2020).

Portando, de modo geral, as casas em estilo enxaimel eram fáceis de se construir e eram bem acessíveis financeiramente a estes imigrantes. No caso do município de Carlos Barbosa, essas construções típicas germânicas foram e estão localizadas na

localidade rural de Torino Baixo e, seguiram esses padrões arquitetônicos que remetem ao seu país de origem, neste caso, a Alemanha.

Salienta-se, que tais características pertinentes à arquitetura típica alemã remetem ao estilo clássico de construção de seus antepassados. Mantendo-se viva a reprodução e perpetuação deste código material da cultura germânica no município de Carlos Barbosa. Este fato pode ser observado nas construções que reproduzem e materializam as feições típicas desta arquitetura (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Construções que denotam o estilo Enxaimel em Carlos Barbosa



Fonte: Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa, 2020.

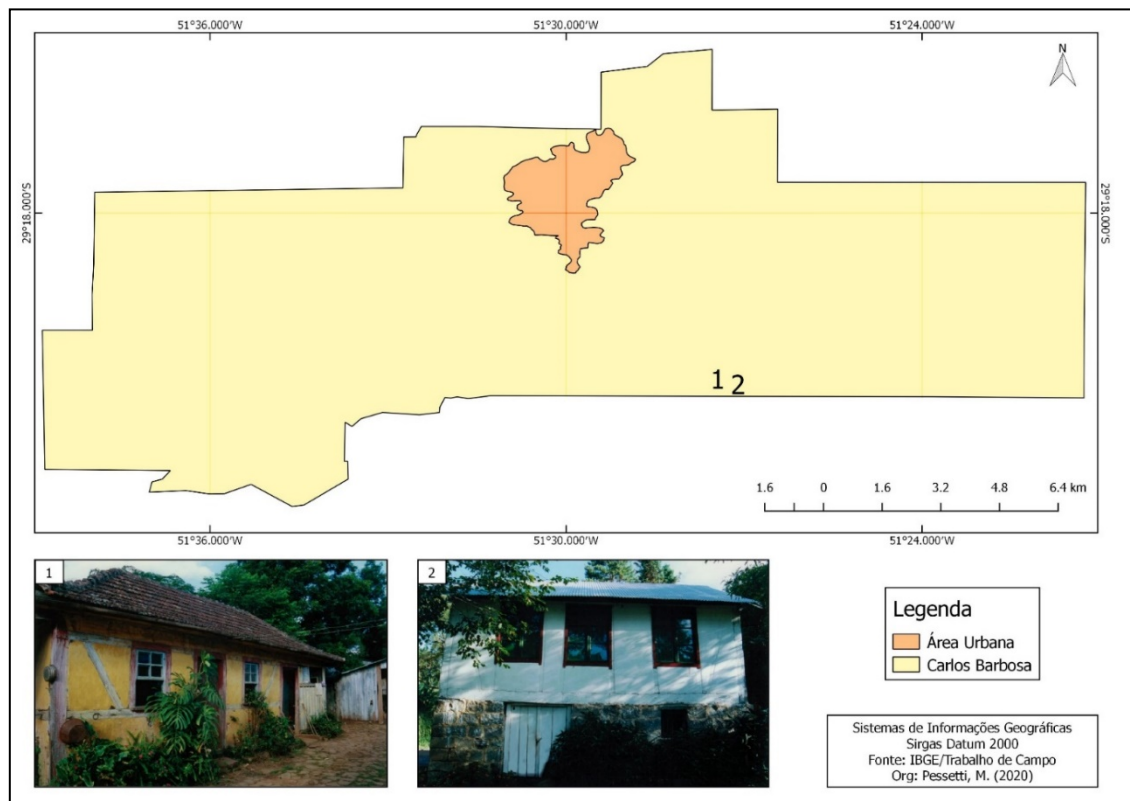
Nas fotografias é visível a importância que este grupo forneceu no momento que reproduziram a arquitetura típica em terras barbosenses. Uma característica que pode ser salientada, apesar do desgaste provocado pelo tempo, refere-se a cor que as construções receberam, em destaque na fotografia 1 (Figura 3).

Em todas as construções a funcionalidade dos cômodos e móveis sempre foi uma questão importante para o planejamento e execução das obras desta etnia. Além da disposição estratégica de cada espaço de uma casa e dos seus móveis, as cores também eram pensadas de acordo com os mesmos critérios.

Principalmente na parte externa da casa, as cores vibrantes acabam por compor um visual sóbrio, mas, ao mesmo tempo, marcante e definido. Deste modo, as cores em destaque ficavam/ficam por conta do vermelho, alaranjado, amarelo, azul, verde, entre outros (PORTOBELLO, 2020). Assim, as construções aqui apresentadas foram

especializadas para melhor compreensão/entendimento de como estas encontra-se dispostas no espaço que compete ao município de Carlos Barbosa (Figura 3).

Figura 3 - Espacialização de construções típicas Alemãs em Carlos Barbosa



Fonte: IBGE/Trabalho de campo, 2020.

É notório que, tais materializações culturais reafirmam as origens históricas e espaciais, uma vez que a organização espacial da municipalidade se encontra atrelada na forma que estas construções foram postas durante o processo migratório e de colonização na unidade territorial. Por mais que essas construções não apareçam com tanta abundância, pode-se dizer que essas materializam e especializam a presença desses imigrantes na paisagem de Carlos Barbosa.

Posteriormente a fixação e materialização deste código cultural material, a arquitetura, pelos imigrantes alemães na paisagem na municipalidade investigada, era chegada o momento de outro grupo étnico manifestar no espaço suas marcas culturais, caracterizando de forma expressiva suas origens éticas pela paisagem do município de Carlos Barbosa. A chegada dos imigrantes italianos deu-se, posteriormente aos

alemães em terras barbosenses. Com isto, sua efetivação naquele espaço em seu novo lar, se daria também, pela materialização de construções, casas típicas que remetessem seus antepassados e, em especial, seu país de origem, a Itália.

Desta forma, a arquitetura da imigração italiana caracterizou-se pela sua construção artesanal, onde todos os elementos necessários para compor essa obra eram elaborados por esses próprios imigrantes. Pode-se dizer que, a forma de construir e as técnicas utilizadas pelos italianos ganharam destaque no âmbito arquitetônico brasileiro por sua originalidade mediante esse processo histórico. E, também, pela solução de problemas de acordo com a disponibilidade de recursos e pela mão de obra disponível em cada região.

Neste sentido, a forma de construir adotada pelos imigrantes italianos tornou-se uma característica marcante da arquitetura nos processos migratórios. Como visto, o método de construir adotado variava de acordo com a disponibilidade de materiais que o local os oferecia.

Assim, segundo Bertussi (1997), “[...] as primeiras construções eram feitas de madeira rachada, alvenaria, pedra basáltica ou tijolos artesanais”. Contudo, o auge da arquitetura da imigração italiana ocorreu somente quando as técnicas construtivas foram aprimoradas, em especial, na utilização e aperfeiçoamento da madeira.

A simetria e a composição de ritmos são características significativas dessa arquitetura, onde muitas vezes um eixo central demarca o acesso da edificação através da distribuição das esquadrias. Nas edificações dos imigrantes, a composição assimétrica aparece como exceção, podendo ser vista com pouca frequência (VENTURINI; GASPARY, 2015).

A composição dos volumes dessas construções provém de retângulos que primam pela simetria. Há também uma hierarquia de volumes que diferencia o uso das edificações. Nas residências, a cozinha, quando anexada no corpo da edificação, possui uma altura inferior em relação ao tamanho da casa. Acréscimos discretos de sacadas e alpendres surgem com a finalidade de ornamentação e funcionalidade (VENTURINI; GASPARY, 2015).

Nas áreas urbanas, normalmente, as construções estão dispostas na frente de lotes estreitos, onde muitas vezes uma fachada completa a outra, formando assim um conjunto único, distinto apenas por cores e acessos. Já nas áreas rurais, de acordo com Bertussi (1997), “[...] as primeiras edificações eram compostas por um conjunto de setores, distribuídos separadamente ao longo do lote” (Figura 4).

Essas construções contavam com a residência (casa de dormir), cozinha, tanque, alambique, estábulo e latrina. Deste modo, com o surgimento de novas formas de construir, a cozinha e a latrina passaram a fazer parte do corpo principal da casa, alterando a organização espacial das edificações (VENTURINI; GASPARY, 2015) (Figura 4).

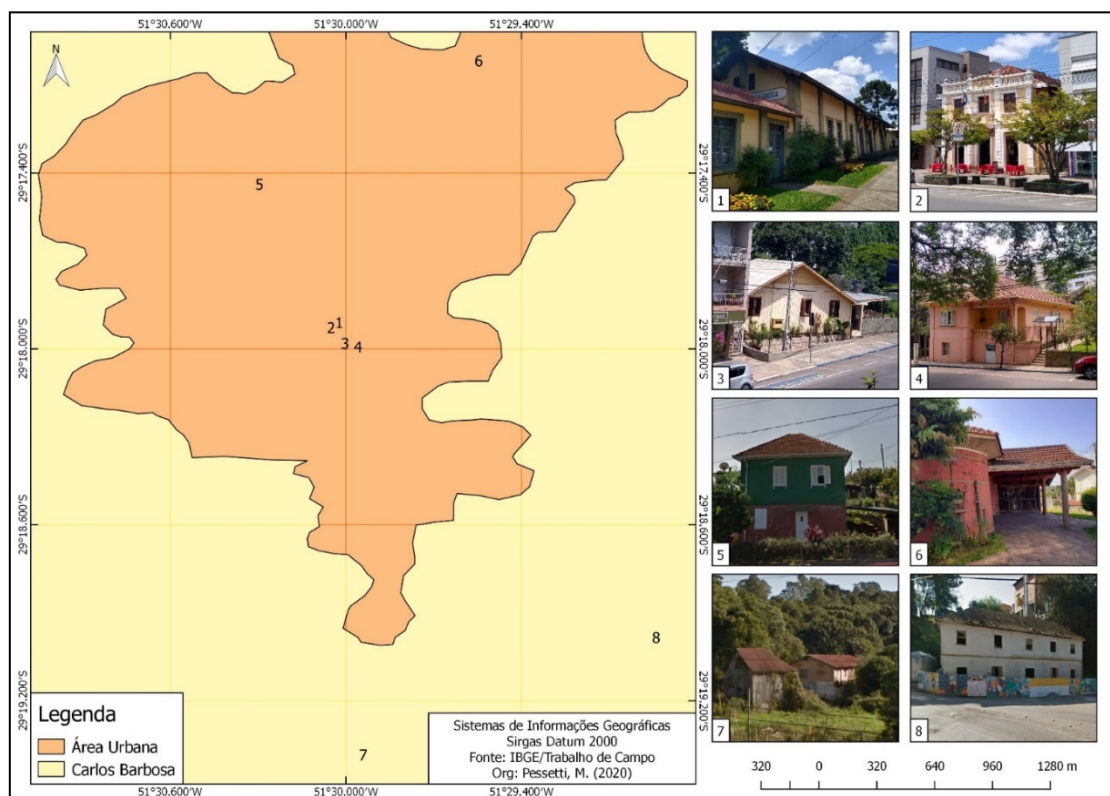
Figura 4 – Arquitetura típica que remete a cultura Italiana em Carlos Barbosa



Fonte: Trabalho de Campo e Prefeitura municipal de Carlos Barbosa (2020).

Tais fotografias expostas acima, denotam as peculiaridades presentes na forma das construções típicas italianas. Essas características reafirmam os parágrafos anteriores, os quais expressaram este estilo arquitetônico. Cabe destacar também que, é visível no município diversas construções desta etnia, as quais acabam por sobressair-se aos dos imigrantes alemães neste processo de materialização cultural. Este fator é observado e, por sua vez, compreendido mediante a espacialização das construções no município (Figura 5).

Figura 5 – Espacialização de construções típicas Italianas em Carlos Barbosa



Fonte: IBGE/Trabalho de Campo (2020).

Mediante o trabalho de campo foi possível verificar que este grupo étnico permanece presente e com seus códigos culturais expressos na paisagem de Carlos Barbosa. A identificação destas construções e sua localização no mapa foram promovidas novamente, pela utilização de GPS na coleta de suas coordenadas durante a realização do campo e com a Prefeitura Municipal.

Considerações finais

Os imigrantes germânicos compõem a formação socioespacial referente a colonização desta unidade territorial e deixaram marcas que denotam ao longo da investigação até aqui posta. Porém, é visto que estas marcas culturais ficam mascaradas, uma vez que as construções deixadas pelos imigrantes italianos se tornaram mais evidentes. Sendo que, os mesmos acabaram por manter seus traços típicos até a atualidade, materializando de forma permanente seus códigos culturais.

A perpetuação deste código material acaba por configurar-se de vital importância, pois a materialização de um povo vista pela sua arquitetura típica torna-se um marco.

As evidências destas construções alicerçam a sentimento de pertencimento e reafirma a cultura deste povo com aquela terra, seu lar, o que torna aquele lugar único em qualquer parte do mundo. Pois, o que foi (re)produzido no município de Carlos Barbosa somente será visto naquele espaço, com os traços daqueles imigrantes que ali chegaram e, se estabeleceram.

Portanto, ao analisarmos esses aspectos culturais, é possível perceber que por mais que o município configure em sua gênese a predominância de diversos grupos em seu processo de formação e colonização, o grupo formado pelos imigrantes italianos acabam por se sobressair neste panorama. A estruturação deste povo na municipalidade estabeleceu-se de forma permanente, onde suas tradições encontram-se expostos e materializados na paisagem de Carlos Barbosa, fato que se deve ao trabalho e dedicação de seus habitantes por promover a perpetuação e permanência do seu passado e de seu povo até a atualidade.

Referências

BERTUSSI, P. I. "Italian (Brazils)". In: OLIVER, P. (Ed.). **Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World**. Cambridge. UK: Cambridge University Press, 1997. p. 1693-1694.

BRUM NETO. **Regiões culturais**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

BRUM NETO; BEZZI, M. L. A materialização da cultura no espaço: os códigos culturais e os processos de identificação. **Geografia**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 253-267, 2008.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Imigração dos colonos alemães no Rio Grande do Sul**. Brasil 500 anos. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/#>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

NENE CAETANO, J; BEZZI, M. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 23, n. 3, p. 453-466, set./dez. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA. **História da cidade**. Disponível em: <<http://www.carlosbarbosa.rs.gov.br/paginas/historia-da-cidade/7>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PORTOBELLO. Arquitetura alemã: conheça as características desse estilo. **Archtrrends**, 2020. Disponível em: <<https://archtrrends.com/blog/arquitetura-alema/>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

VENTURINI, A. P. M; GASPARY, F. P. O legado arquitetônico da imigração italiana no Rio Grande do Sul: o moinho moro. **Disciplinarum Scientia** – Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 11-19, 2015.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Apontamentos para uma breve história da paisagem como patrimônio no Brasil¹

Luciana de Castro Neves Costa^{*}

Juliane Conceição Primon Serres^{**}

Introdução

Se assumirmos a noção de patrimônio como uma construção, veremos que seus contornos conceituais se expandem de acordo com novas demandas históricas, sociais e políticas. No campo do patrimonializável, a paisagem foi um dos referentes culturais passíveis do que Prats (1998) classifica como ativação patrimonial, em um movimento influenciado tanto pelas questões relativas a preocupação com o meio ambiente e com a institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, quanto pela dificuldade de enquadramento de alguns referentes culturais que não seriam contemplados pelas políticas patrimoniais vigentes.

Considerada como um conjunto de formas que expressam as heranças que representam as sucessivas relações estabelecidas entre seres humanos e natureza, a paisagem constitui-se, segundo Santos (2002), como história materializada que participa, ao mesmo tempo, do presente. Pode-se afirmar que a paisagem integra a dimensão do vivido, do cotidiano dos sujeitos que a produzem e reproduzem. Constitui-se simultaneamente em uma realidade física e na representação que fazemos dela, e por este motivo funciona como centro de significado, encarnando a experiência diária e expressando valores e emoções (NOGUÉ, 2007). Seria a partir da compreensão da relação entre coletividades e natureza, e de seus usos, que a paisagem cultural seria adotada como nova tipologia de bem patrimonial.

¹ Esta investigação compõe parte dos resultados de uma tese (doutorado), que contou com o apoio da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para seu desenvolvimento.

^{*} Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas; Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul; Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado no Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: lux.castroneves@gmail.com

^{**} Doutora e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestre em Museologia pela Universidade de Granada (Espanha); Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria. É professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: julianeserres@gmail.com

No que se refere a experiência internacional, o Centro do Patrimônio Mundial adotou a Paisagem Cultural como uma tipologia de bem patrimonial em 1992, antecedendo a experiência brasileira. Tendo como cerne conceitual desta nova tipologia o trabalho combinado da natureza e dos indivíduos, sob imperativos históricos, econômicos e sociais, a paisagem cultural surge associada à ideia de “paisagem rural”. Apesar de grande parte dos bens que compõem tal tipologia na Lista do Patrimônio Mundial estarem enquadrados dentro desta leitura rural e produtiva, como paisagens vinícolas, cafeeiras, ou rizícolas, a abertura proposta pela noção de paisagem viria a incluir ainda bens e sítios ligados a jardins e parques, e a áreas naturais protegidas às quais são atribuídos importantes valores simbólicos de identidade e espiritualidade (COSTA, 2018).

No Brasil, a noção de paisagem permeou a trajetória das políticas patrimoniais, tendo seus contornos conceituais alterados e definidos conforme o entendimento dos atores responsáveis pela condução de tais políticas. Isto porque, segundo Fonseca (2009), os intelectuais direta ou indiretamente envolvidos em uma política nacional de preservação do patrimônio fazem o papel de mediadores simbólicos, uma vez que atuam no sentido de fazer ver como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social. Dentro desta perspectiva, a figura da paisagem alternou-se, ora vinculada ao patrimônio natural, ora ao patrimônio cultural, consolidando-se, por fim, como uma tipologia independente - a Paisagem Cultural Brasileira.

Neste sentido, este artigo propõe-se a construir uma trajetória conceitual e tipológica da paisagem na política patrimonial do IPHAN, de sua proposição no anteprojeto de Mário de Andrade (1936) até a criação da chancela de Paisagem Cultural Brasileira (2009). A investigação desenvolvida, em caráter exploratório, baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, e realização de entrevistas.

A paisagem como patrimônio no Brasil: uma trajetória conceitual

A noção de paisagem remonta o anteprojeto de criação do então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), elaborado por Mário de Andrade. No entendimento proposto, a paisagem poderia ser enquadrada no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, sob as seguintes categorias de arte: arte arqueológica, arte

ameríndia e arte popular. No caso da arte arqueológica e ameríndia², a paisagem compreenderia

[...] determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc. (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 57).

Já no que se refere à arte popular³, a paisagem envolveria “[...] lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc.” (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 57). Segundo Ribeiro (2007), é a partir do entendimento da paisagem como fruto do trabalho coletivo ao longo do tempo que esta passa a ser considerada como um bem de valor patrimonial. A natureza é considerada enquanto suporte de ações humanas.

Tal entendimento viria a sofrer modificações no texto do Decreto-Lei 25/1937, que cria o órgão e define o que constituía patrimônio histórico e artístico nacional naquele momento. Para além dos bens móveis e imóveis de valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, compunham também o patrimônio nacional os “[...] monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana” (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 74, grifo nosso). Assim, a paisagem passa a ser valorizada em uma dupla concepção: a partir das feições notáveis dos atributos físicos naturais (apesar da valorização destes atributos ser, em si, uma atribuição de valor cultural); e a partir das feições notáveis das formas criadas pelas coletividades. Além disso, o Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico ganha o vocábulo “Paisagístico”, tendo a paisagem-patrimônio como valores patrimoniais naquele momento a excepcionalidade e a monumentalidade de suas formas (valores que seriam questionados no que se refere ao tombamento de paisagens quando do delineamento da chancela de Paisagem Cultural Brasileira).

² Para Mário de Andrade, no que se refere as artes arqueológica e ameríndia, incluíam-se nestas duas categorias “[...] todas as manifestações que, de alguma forma, interessassem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias” (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 57).

³ Na arte popular deveriam ser incluídas “[...] todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessassem à Etnografia, com exclusão da ameríndia” (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 57).

O predomínio de arquitetos no quadro funcional do IPHAN nas primeiras décadas levou a que o foco de preservação se detivesse sobre os bens arquitetônicos, em detrimento de outros (FONSECA, 2009). Tal fato já pode ser percebido com a análise dos tombamentos realizados em 1938 (IPHAN, 2019). Naquele ano, houveram aproximadamente 222 inscrições no Livro do Tombo de Belas Artes, enquanto no Livro do Tombo Histórico constavam cerca de 107 bens (em sua maioria inscritos conjuntamente no Livro de Belas Artes). Já no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico constavam apenas 04 bens⁴, estando 02 destes também inscritos no Livro do Tombo de Belas Artes.

De modo geral, das décadas de 1930 a 1960, verifica-se certo padrão nas inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico no que se refere ao valor do bem como paisagem. Tais padrões são apontados por Ribeiro (2007) e resumidamente refletem: a) tombamento de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (RJ); b) tombamento de conjuntos, como o conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas (MG), e o conjunto arquitetônico e urbanístico Aldeia de Carapicuíba (SP); c) tombamentos de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram, como o conjunto arquitetônico e paisagístico Casa e Colégio de Caraça (MG); d) tombamentos de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores, como a Serra do Curral, em Belo Horizonte (MG).

Se até a década de 1960, a maior parte dos bens era tombada por seu valor arquitetônico monumental e excepcional, em momento posterior, amplia-se a consideração dos bens, vindo a incluir conjuntos arquitetônicos mais modestos, associados com a história de formação do território brasileiro, como registro da história da relação da sociedade com seu ambiente, havendo então uma ênfase nos conjuntos urbanos (FONSECA, 2009). De acordo com Ribeiro (2007), os bens menos representativos arquitetonicamente eram designados como conjunto paisagístico, enquanto o título de conjunto arquitetônico seria reservado a bens de maior integridade arquitetônica.

⁴ São eles: 01) “Jardim Botânico do Rio de Janeiro: especificamente o Portão da Antiga Fábrica de Pólvora e o Pórtico da Antiga Academia Imperial de Belas Artes” (conforme sua denominação), na cidade de mesmo nome, classificado como Jardim Histórico; 02) “Museu da Magia Negra: acervo”, no Rio de Janeiro (RJ), classificado como Acervo; 03) “Ilha da Boa Viagem: conjunto arquitetônico e paisagístico”, em Niterói (RJ), classificada como Patrimônio Natural, e inscrita conjuntamente no Livro do Tombo de Belas Artes; 04) “Casa na Ladeira do Morro do Valongo nº 21”, no Rio de Janeiro (RJ), classificada como Edificação, e inscrita conjuntamente no Livro do Tombo de Belas Artes.

A ênfase nos conjuntos urbanos e em novos valores vigentes acaba levando a que alguns exemplares inscritos nos outros livros do Tombo viessem a ser inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, como o conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto, inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes em 1938, e vindo a constar também no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1986 (IPHAN, 2019).

Ao longo da trajetória de tombamentos do IPHAN, a paisagem esteve associada ora à caracterização de bens culturais (sob o termo “conjunto paisagístico”, acrescido ou não de outros vocábulos, como “arquitetônico”, “histórico” ou “urbanístico”), ora à caracterização de bens naturais. Dos bens tombados com o termo “conjunto paisagístico”, teremos uma grande diversidade tipológica, como conjuntos urbanos, conjuntos arquitetônicos, jardins, edificações, conjuntos rurais, ruínas, e sítios arqueológicos, verificando a plasticidade da recorrência ao termo (COSTA, 2018).

As áreas naturais e os bens compreendidos no artigo 2º do Decreto-Lei 25/1937 receberam pouca atenção do IPHAN nas primeiras décadas de funcionamento da instituição (RIBEIRO, 2007; MONGELLI, 2011). Um tombamento a partir da ideia de paisagem de excepcional valor dotado pela natureza foi o dos morros do Rio de Janeiro, relacionado com sua “feição notável” e sua representatividade simbólica para a cidade e o país. Entretanto, os morros, enquadrados como patrimônio natural, foram inscritos no Livro do Tombo de Belas Artes e no Livro do Tombo Histórico em 1938, e não no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, como ocorreu com a maioria dos patrimônios naturais tombados – o que evidencia os valores relacionados à feição notável, à monumentalidade. Outros bens tombados pelo excepcional valor dotado pela natureza foram as Grutas do Lago Azul (Bonito/MS) e o conjunto paisagístico dos Serrotes (Quixadá/CE).

Até 2019, segundo levantamento feito na lista de bens tombados e processos de tombamento (IPHAN, 2019), havia cerca de 20 patrimônios naturais tombados (e outros 35 em processo de instrução). Já na categoria de jardins históricos, são aproximadamente 14 bens (estando outros 09 em processo de instrução). Em ambas categorias, trata-se de um número bastante baixo em comparação aos tombamentos de bens vinculados ao patrimônio cultural. De acordo com Delphim (2009), uma das explicações para este fato adviria da limitação da legislação do instrumento de tombamento, ao contemplar apenas bens considerados excepcionais, ou limitado à ideia paisagem como jardins ou como entorno. Cabe destacar que o termo paisagem serviu, inclusive, para classificar os bens patrimoniais relacionados com o patrimônio natural (antes da criação desta classificação), de modo que, em 2014, o termo utilizado

era “paisagem natural”, sendo substituído por “paisagem” em 2015 e, por fim, em 2017, “patrimônio natural” (classificação que se mantém até o momento).

Se a paisagem permeou a política patrimonial do IPHAN desde sua criação, em 1937, a figura da paisagem cultural viria a ser formulada com contornos mais nítidos a partir do final da década de 1970, com a integração do arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim (então vinculado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, e envolvido com a restauração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro), ao quadro do IPHAN, e a renovação da preocupação com o patrimônio natural, a partir da gestão de Aloísio Magalhães, levando à criação da Coordenadoria de Patrimônio Natural, que teve curta duração (de 1985 a 1990), mas foi responsável por importantes avanços no tratamento do tema (MONGELLI, 2011).

Considerava-se naquele momento que a importância da proteção do patrimônio não estava apenas na “[...] consideração material e na valorização econômica dos recursos naturais, mas na relevância cultural dos processos adaptativos dos grupos sociais ao seu meio ambiente [...]” de modo que o papel do Estado não se esgotaria na conservação exclusiva da natureza, uma vez que patrimônio natural seria “[...] o todo constituído pela integração do homem à natureza” (XAVIER, 1987, p. 235). Começa a delinear-se, mais claramente, essa preocupação com a proteção de sítios a partir não apenas de seu valor enquanto patrimônio natural, como monumento, mas dos usos e dos valores atribuídos à natureza pelas coletividades, em caráter integrado.

A década de 1980 registrará ainda uma ampliação da noção de patrimônio, a partir da ideia de “referência cultural”, voltando-se àqueles bens até então excluídos das representações da cultura brasileira, e que envolviam elementos procedentes do saber popular e inseridos na dinâmica viva do cotidiano (FONSECA, 2009). Esta aproximação do patrimônio com os saberes populares virá a ser um ponto importante da noção de patrimônio imaterial, consolidada em 2000, mas também para a de Paisagem Cultural Brasileira, ao centrar a valorização da relação entre coletividades e natureza a partir dos seus contextos de vida.

Outro fator influente na formalização da paisagem cultural como uma tipologia de bem patrimonial foi a percepção da ausência de instrumentos territoriais de preservação que contemplassem porções espaciais mais amplas e mais complexas dos bens patrimoniais, carência evidenciada a partir de projetos que estavam sendo desenvolvidos pelo IPHAN na década de 2000 (apesar de ações relacionadas terem início já na década de 1980), como os Roteiros Nacionais da Imigração (em Santa Catarina) e o projeto Barcos do Brasil, quando o também arquiteto Dalmo Vieira Filho assume o Departamento de Patrimônio Material do IPHAN.

Paisagem Cultural Brasileira: a construção de uma (nova) categoria de bem patrimonial

As discussões para a criação da chancela de Paisagem Cultural Brasileira iniciam-se mais efetivamente em 2006, no âmbito das reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, com o questionamento provocado sobre a insuficiência dos instrumentos de preservação em dar conta da paisagem e de porções territoriais mais amplas; bem como do lugar do cotidiano e do trabalho nos bens patrimoniais, conforme explanação feita pelo conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, que entendia que o patrimônio não pode ser entendido como um subconjunto separado da nossa existência (IPHAN, 2006). Convém esclarecer que este contexto também sofre influência da candidatura da paisagem do Rio de Janeiro à Lista do Patrimônio Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, buscando construir um instrumento análogo ao da UNESCO.

Podemos sistematizar brevemente a institucionalização da chancela de Paisagem Cultural Brasileira tendo como períodos: a) entre 2007 e 2009, de delimitação conceitual e instrumental da chancela de Paisagem Cultural Brasileira, por meio de textos lançados em revistas e jornais; edição de livros; promoção de eventos; e as primeiras experiências de enquadramento tipológico; b) entre 2010 a 2014, com o esforço de implementação da chancela de Paisagem Cultural Brasileira, a partir de alguns estudos desenvolvidos, bem como a redação de textos internos ao IPHAN, e publicações em revistas e eventos por parte de técnicos do IPHAN; c) de 2015 até o presente, caracterizado como um período de desafios de operacionalização da chancela e sobrestamento dos estudos, bem como de revisão de premissas por meio da criação de um grupo de trabalho para revisão da portaria (COSTA, 2018).

Uma das primeiras experiências de enquadramento de um sítio como Paisagem Cultural Brasileira partiu do projeto Roteiros Nacionais da Imigração, estabelecido por meio de termo de cooperação técnica entre IPHAN, Ministérios da Cultura, do Turismo, do Desenvolvimento Agrário, Governo do Estado de Santa Catarina (por meio da Secretaria de Cultura, Lazer e Turismo, e Secretaria de Agricultura), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC), e 16 municípios⁵ de Santa Catarina. Tal projeto buscava o reconhecimento do patrimônio cultural de imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos no Estado, com ações de tombamento em

⁵ Os municípios envolvidos eram: Ascurra, Beditino Novo, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, Rio dos Cedros, Rio do Sul, São Bento do Sul, Urussanga, Timbó, e Vidal Ramos.

áreas urbanas e rurais, bem como edificações isoladas, e ações de valorização do patrimônio imaterial (IPHAN, 2007).

De acordo com o dossiê de tombamento, as regiões onde foram implantadas as colônias de imigrantes em Santa Catarina poderiam ser identificadas por meio da composição de sua paisagem, especialmente nas áreas rurais, e seriam caracterizadas por

[...] pequenas propriedades distribuídas por estradas de terra que acompanham o curso dos rios, com elementos naturais (vales, córregos, montanhas, matas), estabelecendo uma estreita relação com as intervenções humanas (conjuntos de casas e ranchos, hortas, jardins, plantações e criação de animais), caracterizando as paisagens culturais da imigração (IPHAN, 2007, p. 56).

Apesar da menção às paisagens culturais da imigração, é definido um recorte espacial para o reconhecimento como Paisagem Cultural Brasileira: os núcleos rurais de Testo Alto (Pomerode) e Rio da Luz (Jaraguá do Sul), em uma perspectiva integrada e territorialmente contínua. Este recorte seria justificado pela qualidade da paisagem cultural daquela porção espacial, com uma grande concentração de edificações em técnica construtiva enxaimel, bem como pelas áreas rurais, com criação de animais, ranchos de madeira, hortas, que configurariam o contexto de vida local. Além da intenção de certificação (que não ocorreu em função da inexistência do instrumento na época), é sugerido no dossiê o tombamento dos núcleos rurais e sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que ocorreu ainda em 2007.

A adoção da Paisagem Cultural Brasileira como uma tipologia de bem patrimonial ocorreu em 2009, por meio da Portaria 127, de 30 de abril daquele ano. Foi definida como uma “[...] porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009, p. 17). São citados como exemplos deste entendimento as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica (IPHAN, 2009). Neste mesmo ano, foi criada a Coordenação de Patrimônio Natural, Paisagem Cultural e Jardins Históricos.

Se, até então, as paisagens (seja como patrimônio cultural, seja como natural) tinham como instrumento de proteção o tombamento, no caso da chancela de Paisagem Cultural Brasileira adotou-se como instrumento o pacto de gestão (que seria

acompanhado de um plano de gestão), em uma proposta de gestão compartilhada do território, envolvendo sociedade civil, iniciativa privada e poder público. Nesta nova perspectiva, os valores atribuídos a paisagem perpassam seus usos, e passam a estar vinculados a uma leitura cotidiana da paisagem, dinâmica e não-monumental, com foco nos contextos de vida e na motivação dos atores para a preservação (e não mais centrados na monumentalidade e excepcionalidade das formas).

Para Weissheimer (2012), a inovação trazida pelo instrumento, comparado com os demais mecanismos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, reside no fato de não ser apenas um ato declaratório, cujas atribuições de gestão recaiam apenas sobre o IPHAN, mas em propor, antecipadamente, mecanismos de preservação conjunta entre os diversos agentes que possuam alguma relação com a paisagem cultural a ser chancelada. Uma das premissas evocadas é a questão da mutabilidade, da necessidade de consideração da mudança como parte da dinâmica da paisagem. A preservação baseia-se no estabelecimento de uma relação interinstitucional como estratégia, com articulações entre diferentes esferas de gestão e reforço dos aparatos legais vigentes (WEISSHEIMER, 2012).

Além dos Roteiros Nacionais da Imigração, outros estudos foram conduzidos visando a obtenção da chancela, alguns deles derivados do projeto Barcos do Brasil, criado em 2008, para a valorização do patrimônio naval e seus contextos sociais, culturais e ambientais, bem como da pesca artesanal e da carpintaria naval. O projeto envolveu um protocolo de intenções que estabeleceu uma parceria envolvendo entidades como os ministérios da Pesca e Aquicultura, Meio Ambiente, Turismo, Cidades, Ciência e Tecnologia, Secretaria Especial dos Portos, Marinha do Brasil e representação da UNESCO (IPHAN, 2012). Dentro deste processo, ocorreram alguns tombamentos de embarcações: Luzitânia (canoa de tolda utilizada na região do baixo São Francisco, em Sergipe); Dinamar (canoa costeira na Baía de São Marcos, no Maranhão); Sombra da Lua (saveiro de vela de içar, do Recôncavo Baiano); e Tradição (canoa pranchão utilizada nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Porém, percebeu-se que a preservação e manutenção do uso de tais embarcações só seria possível com a preservação igualmente dos contextos em que elas estavam situadas e eram utilizadas, partindo daí a proposta de compreensão e valorização das referências culturais navais como paisagens culturais. Entre tais estudos, conduzidos pelo IPHAN, constam Valença (BA), Pitimbu (PB) e Elesbão (AP). Outras iniciativas que se relacionam com a chancela derivaram de inventários territoriais, como o inventário do Rio São Francisco, tendo como recorte para aplicação da chancela Brejo Grande e Pacatuba (SE) e Piaçabuçu (AL), e o Vale do Ribeira (SP), este desenvolvido pela Superintendência do IPHAN em São Paulo.

Um fato interessante de análise é a complexidade dos desafios de gestão destas paisagens-patrimônio a partir da ótica de Paisagem Cultural Brasileira que, pela escala e complexidade, e por estar atrelada intimamente aos usos como eixos de caracterização, extrapolam a consideração apenas física, tangível das porções espaciais contempladas. Entre alguns elementos que surgem nestes estudos, pode-se destacar, por exemplo, a questão da obtenção de madeira, necessária para a carpintaria naval, e a dificuldade de extração diante das leis de preservação ambiental (por seu lado, também necessárias); da mesma forma, a questão da transmissão intergeracional dos conhecimentos relacionados com a confecção das embarcações, a navegação e a pesca, e que esbarram na legislação trabalhista; ou ainda o diálogo por vezes problemático entre saberes e modos de produção relacionados com a alimentação e normas de legislação sanitária, como no caso do *kochkãse* (tipo de queijo produzido com leite cru, não pasteurizado, nas regiões de imigração de Santa Catarina) (COSTA, 2018).

Todos estes elementos (tangíveis ou intangíveis), em caráter integrado, compõem as paisagens culturais, porém justamente por extrapolarem a alçada exclusiva de gestão do patrimônio cultural - costumeiramente atribuída ao IPHAN e a órgãos estaduais e municipais relacionados a cultura e ao patrimônio - e alcançando outras políticas setoriais nacionais e locais, dificultam sua implementação, pois carecem de articulação. A descontinuidade política é outro elemento que interfere na gestão de projetos para a preservação de paisagens culturais, por vezes levando à desarticulação dos atores em função da descontinuidade dos projetos, como se pôde perceber nas entrevistas realizadas.

Diante destes desafios, em 2015 é elaborado um memorando pelo DEPAM (IPHAN, 2015), propondo o sobrestamento das análises para chancela de Paisagem Cultural Brasileira, baseado nos seguintes argumentos (entre outros): a) necessidade de uma discussão conceitual coletiva entre as unidades do IPHAN; b) dificuldade de elaboração do pacto de gestão e de seu cumprimento, bem como da fiscalização por parte do IPHAN; c) inexistência de um método definido para estabelecimento da chancela; d) inexistência de um exemplar de Paisagem Cultural Brasileira.

Buscando a revisão da chancela, um grupo de trabalho foi criado em 2017 e uma consulta pública aberta à população. Uma alternativa à definição original foi proposta, com o objetivo de enfatizar o caráter sistêmico e dinâmico da paisagem.

Paisagem Cultural Brasileira é o resultado da interação entre grupos sociais e natureza, expresso por meio de práticas culturais em curso, associadas a um território específico, compondo um sistema de relações que se refere à

identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, s.d, p. 06).

Entretanto, até o momento, não houve uma definição quanto à retomada de uma política patrimonial voltada ao tema.

Considerações finais

Buscou-se, por meio da discussão proposta, traçar brevemente uma trajetória da noção de paisagem como patrimônio no Brasil. Tal trajetória permitiu identificar que o patrimônio cultural (independente da tipologia) é uma construção cultural datada e mutável de acordo com circunstâncias sociais e históricas e, além disso, sujeito a diferentes contornos conceituais de acordo com os atores responsáveis pelas políticas de preservação do patrimônio cultural. Se Mário de Andrade compreendia a paisagem como fruto do trabalho coletivo ao longo do tempo, como os “vilejos lacustres da Amazônia” ou lugares da natureza agenciados pela “indústria humana dos Brasis”, um entendimento aproximado parece retornar a partir da figura da Paisagem Cultural Brasileira. Por outro lado, tivemos a paisagem a caracterizar, por um longo tempo, ora jardins e elementos naturais, ora o entorno de bens arquitetônicos, ou mesmo bens arquitetonicamente menos relevantes, diante do predomínio de arquitetos e do entendimento vigente nas primeiras décadas do IPHAN.

Neste processo de construção da categoria de Paisagem Cultural Brasileira, novos valores patrimoniais passam a reger a valorização da paisagem, passando da monumentalidade e excepcionalidade das formas, para a consideração dos usos como eixos estruturantes da paisagem, e do cotidiano das populações que as (trans)formam. Dentro do escopo destes novos valores, novos desafios se impõem no que se refere à gestão, exigindo, por sua vez, novos instrumentos, como o plano e pacto de gestão - que se constituem em uma inovação no cenário patrimonial brasileiro e, ao mesmo tempo, revestem-se de dificuldades de implementação. Podemos perceber, assim, que a multidimensionalidade da paisagem permite igualmente múltiplos olhares, sendo que apenas a (re)construção em prática no IPHAN poderá indicar como a paisagem-patrimônio será consolidada e inserida nas políticas da instituição.

Referências

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, nº 83, 05 de maio de 2009, seção 01, p. 17. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf>

Acesso em: 25 set. 2009.

COSTA, L. de C. N. **Paisagem Cultural**: desafios na construção e gestão de uma nova categoria de bem patrimonial. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

DELPHIM, C. F. de M. O Patrimônio Natural no Brasil. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2009. p. 167-186.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Brasília: IPHAN, 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2009.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ata da 50ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. 48p. Brasília: IPHAN, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2006__02__50a_reuniao_ordinaria__09_de_novembro.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Roteiros Nacionais da Imigração (SC)**: dossiê de tombamento. v. 2. Brasília: IPHAN, 2007. [Documento interno].

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Livreto Paisagem Cultural**. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina**. Brasília: IPHAN, 2011.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Naval Brasileiro**. Brasília: IPHAN, 2012.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM). **Memorando nº 384/2015, de 19 de junho de 2015**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Memorando_depam_Cancela_Paisagem_Cultural.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento (1938-2019)**. Brasília: IPHAN, 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Relatório Técnico do Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MONGELLI, M. de M. **Natureza e Cultura**: práticas de preservação patrimonial no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de

Brasília. Brasília, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9955/1/2011_MonicaMedeirosMongelli.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2015.

NOGUÉ, J. El paisaje como constructo social. In.: NOGUÉ, J. (Org.). **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76, 1998.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. USP, 2002.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Secretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980. p. 55-69. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

WEISSHEIMER, M. R. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. **Revista Fórum Patrimônio**: ambiente construído e patrimônio sustentável, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em:

<http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/116>. Acesso em: 23 abr. 2014.

XAVIER, C. A. R. de. A natureza no patrimônio cultural do Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 233-235, 1987. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

A atuação dos indígenas brasileiros no processo eleitoral e a nova geopolítica da representatividade

Pedro Lucas Gil Silva^{*}

Fernando Candido Larios Rodrigues^{**}

Introdução

Desde o advento da colonização, no século XVI, a população indígena vem sofrendo constantes ataques, sendo vítima de um brutal e intenso processo de despossessão de suas terras e do genocídio de diversas etnias. A luta desigual que travam é contra um inimigo que, desde suas primeiras investidas, contava não apenas com a força bélica organizada e bem armada, mas também com um aparato institucional, jurídico, político e cultural. Ao longo dos cinco séculos desse processo foram instituídas diferentes formas de dependência e de dominação por parte do aparato estatal, fazendo com esses povos acabassem subjugados e tutelados, de modo que suas reivindicações e necessidades sejam levadas em consideração apenas após passar pelo crivo do Estado. Essas demandas ficam, dessa forma, sujeitas aos interesses dos grupos sociais que logrem conquistar a hegemonia da política institucional. Para mudar este cenário, diversas organizações estão sendo formadas de modo a mobilizar, estruturar e apoiar a inclusão de indígenas nos processos eleitorais em todas as suas esferas: municipal, estadual e federal. Cabe, portanto, uma reflexão sobre a marginalização dos povos originários do Brasil e como acabam ficando a reboque do processo democrático e, conseqüentemente, sem representatividade política. Sem uma efetivação dessa participação, acabam sendo inócuos os avanços propostos na Constituição Cidadã de 1988.

Abordaremos aqui algumas ações que foram criadas no sentido de promover a inclusão de povos originários do Brasil no processo eleitoral e seus impactos nas

^{*} Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e mestre em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL/UNILA).

E-mail: pedrolucgil89@gmail.com

^{**} Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Metodista de Piracicaba e mestrando em Integração da América Latina pelo Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL/UNILA).

E-mail: fernandolarios@outlook.com.br

eleições municipais de 2020, bem como pontos que precisam ser revistos para uma inclusão plena das populações indígenas nessa instância. É importante ressaltar que alguns países da América Latina já possuem uma maior consciência da necessidade de participação de indígenas nas eleições. Colômbia, Bolívia e Equador vêm garantindo maiores conquistas para os descendentes dos povos originários frente aos avanços de setores ligados ao capital e à exploração predatória dos recursos naturais. Esses esforços surgem a partir da consciência da necessidade de parte da sociedade de fomentar um combate mais eficaz contra as forças ideológicas que atentam sobre as culturas indígenas, de modo a refutar preconceitos enraizados na consciência coletiva, de que esses povos são incapazes de participar do jogo político.

A participação na política permite propor reformas essenciais para a garantia da segurança territorial, social, cultural e étnica desses povos, demandas que são ignoradas quase que por completo pelos representantes das elites majoritariamente brancas, que em muitos casos estão alinhados com os interesses exploratórios. Contudo, é necessário destacar que, neste sentido, em comparação com seus vizinhos, o Brasil é o país em que podemos observar um menor avanço no sentido de representação política.

Um debate mais amplo sobre alguns pontos específicos dessa discussão precisam ser levantados e fazem parte desta breve reflexão que propomos. São muitas as dificuldades que os povos indígenas encontram para se qualificar para o pleito eleitoral e para se enquadrarem nos regulamentos existentes, por isso acabam por ter cerceada sua participação. Porém é necessário destacar também o papel que suas organizações exercem na preparação para a atuação política e para a defesa dos direitos de seus representados. Há, ainda, uma perspectiva de cooperação internacional entre associações que lutam pelo direito da representação política indígena na América Latina que precisa ser apoiada e fomentada.

A eleição de Mário Juruna, indígena da etnia Xavante, como deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1982 é um marco no processo eleitoral brasileiro. Representa um ato de resistência e inspiração para os anos que se seguiram com destaque a quantidade de concorrentes no pleito de 2020. Porém, mesmo com a vigência de uma constituição que protege, ao menos teoricamente, os povos indígenas, o Brasil ainda necessita de leis com um caráter mais pluralista, que inclua de modo significativo essa população na política institucional.

As eleições municipais brasileiras de 2020 registraram um aumento de 26,8% de candidatos que se declararam indígenas em comparação ao pleito de 2016 de acordo com dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral. No processo eleitoral anterior

um total de 1.715 candidatos declarados indígenas participaram das eleições. Já no ocorrido no dia 15 de novembro de 2020 (o primeiro turno) o total de autodeclarados indígenas é de 2.176 registrados, mesmo com avanços a representação destes povos é ínfima.

O Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Se entende por índio no Brasil: 'A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.' Já o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) define, em seu artigo 3º, indígena como: "[...] todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional." Dessa forma, os critérios utilizados consistem: a) na autodeclaração e consciência de sua identidade indígena; b) no reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem (FUNAI, 2004, não paginado).

Um processo de reconhecimento

O movimento indígena é auto suficiente dentro de suas comunidades, de maneira que a estrutura organizacional já existente nas tribos mantém uma estrutura social onde, desde a mais nova criança ao mais velho ancião, todos têm uma concepção clara de seu lugar e importância no todo. Essa consciência coletiva facilita a articulação de diferentes povos, fomentando um permanente diálogo entre os movimentos que lutam pela causa indígena. As lideranças desses movimentos gostam de enfatizar que existe a busca por uma constante articulação junto a parentes e outros povos próximos para fortalecer a luta pela busca de uma representatividade em todas as esferas da política institucional: municipais, estaduais e nacional (BANIWA, 2011).

De acordo com a afirmação de Habermas (2002, p. 235) de que

[...] uma teoria dos direitos entendida de maneira correta vem exigir exatamente a política de reconhecimento que preserva a integridade do indivíduo, inclusive nos contextos vitais que conformam sua identidade. Para isso não é preciso um modelo oposto que corrija o viés individualista do sistema de direitos sob outros pontos de vista normativos; é preciso apenas que ocorra a realização coerente desse viés. E sem os movimentos sociais e sem lutas políticas, vale dizer, tal realização teria poucas chances de acontecer.

Entendemos que somente através de um movimento articulado os povos indígenas teriam forças para fazer frente aos riscos governamentais e privados que sofrem, mesmo tendo muito de seus direitos garantidos pela constituição.

Porém, somente a partir da promulgação da constituição de 1988 que vários estratos dessa população, antes escondidos por receio da repressão empreendida pela ditadura civil-empresarial-militar, passaram a se declarar e se reconhecer como povo indígena. Desde então eles passaram a ser responsáveis por suas decisões e demandas, sem a necessidade de serem completamente tutelados por um órgão governamental (MARÉS, 2008).

De modo significativo as organizações indígenas buscam, a partir daí, uma completa independência de outras organizações que tendem a falar por eles, como igrejas, ONGs e governo. A busca pela consolidação de um movimento indígena se mostra, então, como o único caminho possível para sustentar candidaturas e políticos indígenas que lutem por suas demandas (FOIRN, 2004). De acordo com Luciano Baniwa (2007), essas organizações podem ser divididas em dois eixos paralelos: de um lado organizações mais tradicionais, com uma ligação direta aos hábitos e tradições praticados por determinada etnia, geralmente ligados a questões de família, cultural, liderança e credo; e de outras organizações nos moldes ocidentais, com personalidade jurídica e que necessitam cumprir determinados requisitos para serem reconhecidas pelo Estado, devendo prestar contas quando necessário.

A maior organização indígena brasileira é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), de natureza jurídica e que consegue promover anualmente um encontro em Brasília entre os diversos líderes, das mais diversas etnias do país. Nessas ocasiões ocorrem as articulações juntos aos diversos ministérios do Governo Federal, sendo também um grande momento de intercâmbio de experiências. Um olhar mais aproximado mostra ainda a atuação de outras organizações dentro da APIB, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR), evidenciando a capacidade de articulação do movimento indígena na luta pela representatividade.

Embora exista a aproximação coletiva por meio dessas organizações, Ramos (1998) destaca as peculiaridades do processo de reconhecimento individual como parte de um grupo na cultura indígena. Diferente do que ocorre com a classificação entre brancos e negros, ser indígena não é algo atrelado somente a cor da pele e fenótipo, mas sim a todo um modo de vida. Corresponde a uma determinada forma de viver em sociedade atrelada diretamente a uma etnicidade e tradições específicas. Essa condição acaba por

causar um problema para o reconhecimento por parte da sociedade externa por conta de sua visão ocidentalizada.

Vale ressaltar que o reconhecimento da identidade indígena de um determinado grupo, era prerrogativa do Estado brasileiro até o ano de 2004. Essa função era atribuída à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável por “conceder cidadania”, emitindo certidões de nascimento, de casamento, documentos de identidade, etc. Nesse tipo de política flagrantemente paternalista, a instituição era dotada de diretrizes próprias para determinar o pertencimento de alguém a uma comunidade indígena. Implicava também que aqueles que tivessem carteira assinada, falassem português ou vivessem na cidade já não eram mais considerados indígenas pelo órgão. Lima (2005) afirma que essa prática foi danosa para o processo de reconhecimento individual como parte de uma etnia ou de uma comunidade mais ampla, passando, então, a se identificarem com outras categorias do censo nacional, mestiços, caboclos, pardos e outros.

À margem da democracia: a participação indígena no processo eleitoral

De acordo com Habermas (2002), não reconhecer o indivíduo de modo pleno, dotado de todas as características que lhe cabem social, cultural e tradicionalmente, provoca a marginalização dos povos originários. Isso acaba por ecoar uma invisibilidade social, e é justamente nesses contextos que dar maior visibilidade a determinados povos não é somente uma forma de reparação histórica, mas de defender tradições.

A falta de reconhecimento sofrida pelas entidades indígenas, como organizações independentes capazes de formular uma agenda própria com pautas ligadas diretamente à necessidade dos indivíduos que representam, as impede de se lançarem no pleito eleitoral de modo autônomo escolhendo, segundo suas tradições, quem os deve representar e governar. Talvez a maior reivindicação seja a busca por essa autonomia, de fazer parte do processo democrático sem que seus direitos e necessidades sejam prejudicados ou utilizados em benefício de outrem que não a causa indígena. Dentro dessa nova perspectiva de geopolítica da representatividade, as organizações indígenas têm buscado ocupar e se apropriar de espaços na estrutura estatal e na luta política desse mundo democrático. O pequeno número de candidatos indígenas, se comparado com o número total de participantes, contudo, se explica pelo modo como o processo eleitoral brasileiro está estabelecido, criado de modo a dar pouca abertura aos povos originários.

O modelo de governo liberal-burguês que é tido como o padrão mundial de democracia representativa, vem dando sinais cada vez mais flagrantes de que possui limites intimamente ligados com as contradições do capitalismo. Parece haver uma

crise de representação que já não outorga a ela a legitimidade de outrora, além da influência de sucessivas crises econômicas e institucionais e da postura de alguns líderes políticos que também a colocam em xeque. No Brasil, em particular, esses impactos contribuem para uma participação decrescente da população no pleito eleitoral, o aumento dos chamados “votos de protesto”, além de desagравos ideológicos e extremistas.

Esse cenário tende a dificultar ainda mais um processo eleitoral plural e que estimule a participação popular ampla, o que acaba por permitir a entrada de representantes não pouco representativos. Existe um grande interesse internacional sobre as terras ancestrais devido a sua capacidade de conter materiais ricos capazes de serem explorados e capitalizados, empresas privadas, governos internacionais e organizações utilizam de seu poder para influenciar decisões referentes a estas terras, atingindo assim de forma direta os povos indígenas (BONAVIDES, 2000).

Frente a essa fragilização e da crise de representação política desse modelo de democracia, começaram a ser pensados mecanismos capazes de garantir maior representatividade. Miguel (2008) aponta aí a origem das primeiras ideias das cotas para grupos que tinham pouco ou nenhuma voz neste cenário, criadas para garantir maior equidade, para os setores sociais pouco representados.

Em 2013 é apresentada no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC) que visava dar maior visibilidade e garantia de representatividade aos povos indígenas. A proposta apresentada pelo deputado Nilmário Miranda então filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) diz:

Artigo único O art. 45 da Constituição federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.45 A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, e de representantes indígenas eleitos em processo eleitoral distinto, nas comunidades indígenas.

§ 3º A totalidade de comunidades indígenas receberá tratamento análogo a Território, elegendo quatro Deputados indígenas em processo eleitoral abrangendo todos os eleitores com domicílio eleitoral em comunidades indígenas.

§ 4º Quando do alistamento eleitoral, os indígenas domiciliados em comunidades indígenas poderão optar por votar nas eleições gerais ou por votar nas eleições específicas para candidatos à representação especial destinada aos povos indígenas.

§ 5º A distribuição geográfica das vagas especiais para Deputado Federal destinadas aos povos indígenas, assim como as normas relativas ao processo eleitoral nas comunidades indígenas serão estabelecidas em lei" (BRASIL, 2013).

O deputado fez questão de garantir, em sua justificativa, que a proposta não se tratava de uma simples cota aos povos indígenas, mas uma forma de garantir uma representatividade legítima desses povos no processo eleitoral:

Cabe salientar que, como parcela da população brasileira, os povos indígenas constituem um segmento significativo. De acordo com o IBGE, a população indígena chega a quase 900 mil habitantes no país. Trata-se de uma população maior do que a registrada em alguns Estados da federação. Outrossim, suas terras correspondem a mais de 12% do território nacional. Contudo, a despeito de sua importância, os povos indígenas brasileiros não contam com uma representação específica de seus interesses no Congresso Nacional (MIRANDA, 2013).

Apesar de uma defesa contundente, amparada por uma visão realista da condição desses povos, a proposta acabou por ser arquivada em janeiro de 2015, mesmo tendo um parecer favorável pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Ainda assim, mesmo não sendo aprovada, a simples discussão do tema é uma grande vitória, pois demonstrou ser possível aos povos indígenas levarem suas reivindicações ao poder público, se fazendo serem notados. No ordenamento eleitoral brasileiro até o momento era inexpressivo, os candidatos ainda estão diluídos nos grandes centros do sudeste e formados por homens brancos, que em pouco reflete a realidade indígena (INESC, 2014).

Hoje, o Brasil conta somente com uma representante indígena no Congresso Nacional: a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR). Essa constatação traz questionamentos importantes, sobretudo se pensarmos o papel que os povos indígenas cumpriram na formação da nossa sociedade e do nosso território. Qual seria, então, o maior impedimento para a participação indígena? Alguns fatores específicos podem responder essa pergunta, como a falta de financiamento das campanhas e o modo como o sistema eleitoral está estruturado no país.

É importante lembrar que os povos indígenas já possuem sua própria organização política e social no interior de suas comunidades, que existem de maneira independente do sistema político representado pela estrutura estatal, e que deveriam ser consultados sobre qualquer decisão que interfira diretamente em seus interesses. Este é, inclusive, um direito garantido pela Convenção de 169 da OIT. Porém, a participação de indígenas no pleito brasileiro só é passível de análise depois de 2014 quando a resolução

23.405/2014 do TSE, passou a disponibilizar a opção de declaração de cor e raça, assim passível de análise (BRASIL, 2014).

A entrada de indígenas na política ocorre desde 1976, quando Angelo Cretã Kaingang conquistou a vaga de vereador pelo MDB em uma cidade do estado do Paraná. Porém, de modo trágico, o primeiro vereador indígena eleito no país morreu em um acidente de carro. Os políticos adversários contestavam sua candidatura por ser índio e, logo, não dotado de plenos direitos, pois como vimos, sua identificação era definida pelo Estado. Naquela época, dada a pressão sofria e a ausência de instâncias estatais que garantissem seus direitos políticos ele quase desistiu do mandato.

Em 1982, Mário Juruna, do povo Xavante é eleito deputado no Rio de Janeiro. Sua eleição somente seis anos após Ângelo demonstra o interesse destes povos por uma maior inserção na política. Mário Juruna foi eleito pelo PDT, partido de Brizola e Darcy Ribeiro, e por um estado com pouco eleitorado indígena, mas sustentado por eleitores que compartilhavam suas ideias. Mesmo com todo apoio político que recebia de um grande líder político, pois Leonel Brizola foi um dos maiores articuladores de sua época, não se viu livre de tentativas de desacreditá-lo. Diversos veículos de imprensa publicaram chacotas a seu respeito, tendo sido, inclusive, chamado pelo ministro da aeronáutica de “aculturado exótico” (MENEZES, 2014). Em um discurso emblemático na Câmara dos Deputados Mário Juruna expressou de forma clara as dificuldades sofridas pelos povos indígenas para participarem dos pleitos eleitorais. Embora sua fala tenha ocorrido em 1983, reflete e muito a realidade destes povos hoje.

Com o início da década de 1980 começa uma maior mobilização por parte dos povos indígenas no intuito de terem seus direitos reconhecidos como parte da sociedade brasileira, com a mesma possibilidade de votar e serem votados e com total capacidade de escolher seus representantes e as pautas que estes devem defender. Uma grande demonstração de força da comunidade indígenas ocorreu em 1992, com a eleição de Nanci Cassiano Soares. Pertencente ao povo Potiguar, sua campanha focou em fazer oposição à oligarquia empresarial do ramo da lagosta. Seu lema era “O biju contra a lagosta”, colocando em pauta as dificuldades daquele povo que sobrevivia das casas de farinha. Um destaque importante é o financiamento de grandes empresas à candidatura adversária, visando à manutenção de seus interesses (ISA, 2004).

Em países da América Latina como Colômbia, Equador e Bolívia, trazem um histórico maior da inclusão indígena na política, na Bolívia novos mecanismos capazes de agregar esta população no pleito eleitoral de modo efetivo e participativo, culminando na eleição de Evo Morales (MOSIÑO, 2017).

Os índios colombianos conseguiram incluir muitas pautas na constituição de 1991, mesmo sendo somente 10% da população. Os candidatos indígenas eram, naquela época, considerados menos corrompidos pela população em geral (RUBIANO, 2011). O Equador surge como local de maior êxito do movimento indígena, em que suas ações foram essenciais para a reforma eleitoral do país, a criação do Confederación de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador.

Demarcando as urnas: avanços políticos em 2020

Ao chegarmos e ao processo eleitoral de 2020, quarenta e oito anos da eleição do primeiro representante indígena, podemos dizer que obtivemos alguns avanços. De fato, houve um progresso neste tempo, mas devemos ter em mente que as conquistas das alcançadas até 2020 ainda são poucas.

Acredito numa renovação e no verdadeiro sentido da política que venha a trazer benefício para o povo brasileiro, e para os indígenas também. Temos, sim, esse direito de fazer parte da política brasileira, tanto no votar e no ser votado (WAPICHANA, 2020).

A atuação da APIB teve uma interferência significativa na mudança de cenário no comparativo com o pleito anterior. A partir de 2021 oito municípios terão prefeitos indígenas, o que representa 0,14% do número de municípios do Brasil. O aumento de prefeitos eleitos está diretamente ligado ao crescimento do número de candidaturas, que pulou de 1.745 em 2016 para 2.216 neste ano, contribuindo com a representatividade indígena na política. Ao analisarmos os dados fornecidos TSE, registramos os seguintes números:

Quadro 1 – Comparação de indígenas eleitos em eleições municipais

Comparação candidatos 2016 – 2020		
Ano	2016	2020
Prefeito	30	40
Vice-Prefeito	62	76
Vereador	1.623	2.100

Fonte: TSE (2020).

Um crescimento maior de candidatos eleitos ocorreu justamente nas unidades da federação nas quais já existia uma maior representatividade, como no caso do estado do Amazonas, onde tivemos um aumento de 30 para 38, em Roraima de 13 para 15 e na Paraíba, que passou de 13 para 18. Infelizmente, houve também uma redução em alguns redutos eleitorais, como Pernambuco, Bahia e Acre (TSE, 2020).

Figura 1 – Cargos ocupados por indígenas e integrantes por partidos



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2020).

Figura 2 – Número de indígenas eleitos por Estados



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2020).

A eleição de indígenas poderá ser o caminho que conduzira o conceito de Bem Viver para dentro de um sistema hoje corrompido, ele pode ser o instrumento para reflexão e resposta aos mais diversos problemas da sociedade moderna e “civilizada”, as discussões a respeito das mudanças climáticas, a marginalização de povos originários, as relações de consumo e bem-estar, estes problemas sociais têm suas respostas no Bem viver.

O conceito de Bem Viver, surge como uma perspectiva política que agrega saberes, experiências e práticas, os quais somos incapazes de datar como uma nova via para se pensar um novo mundo, uma sociedade que está em harmonia com o ambiente de modo mais completo, reflexivo, ritualístico, tolerante e plural. Buscar uma forma de implantar uma pluralidade já vivenciado por um povo que a séculos é subordinado e forçado a uma resistência diária (ACOSTA; MARTINEZ, 2009).

A maior participação de povos originários na vida política no Equador, por exemplo, permitiu que discussões como esta fosse considerada, corroborando com a criação do Plano Nacional para o Bem Viver de 2009 a 2013 (EQUADOR, 2009), o Bem Viver como ferramenta política dialoga diretamente uma visão descolonizadora (QUIJANO, 1992). É importante ao movimento indígena do Brasil olhar para países como Equador e Bolívia, nos quais temáticas atreladas ao e Bem Viver foram constitucionalizadas em grande parte a representação destes povos nas mais diversas esferas do Estado.

Uma ruptura dos pilares eurocentristas que sustentam Estados latinos americanos, advém de um movimento constitucionalista liderado por países com o Equador, Venezuela e Bolívia, os movimentos indígenas antes ignorados conseguiram de forma consistente reformas capazes de dar voz a uma população tradicionalmente esquecida nos processos de decisões. Essa onda constitucionalista do movimento de povos originário embora pequena no Brasil mostra se viva ao olharmos os resultados das urnas, um processo de descolonizar o poder (WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

Deseja-se que ao olhar para o Bem Viver como fonte de soluções para as crises da sociedade contemporânea, povos originários ou não, esses novos atores da política nacional sejam capazes de romper com os pilares conservadores existente, sustentados por grandes corporações internacionais exploratórias e inimiga das causas indígenas, promovendo deste modo uma aproximação de duas sociedades separadas por uma concepção eurocentrista de civilidade (RUBIANO, 2011).

De acordo com Dinaman Tuxá coordenador da APIB, o maior interesse na participação de indígenas no processo eleitoral se deve à necessidade de representatividade desses povos na defesa de seus direitos. Dinaman ressalta também que todos os candidatos eleitos com o apoio da APIB têm uma pauta comum, que é o interesse pela demarcação de terras. Para ele não é um problema o fato de os “parentes” estarem pulverizados nos mais diversos partidos, ou terem um ponto de vista diferente, pois estão alinhados nas questões mais urgentes e necessárias para estes povos (APIB, 2020b).

Conclusão

A forma como o sistema eleitoral brasileiro foi estruturado inviabiliza a participação plena de minorias sociais na institucionalidade política. Ele exclui quase que por completo os indígenas, pois só é permitida a participação de alfabetizados na língua portuguesa, além de a obrigatoriedade de filiação partidária fazer com que o indígena deixe seus pares e passe a conviver com ideais que pouco correspondem com o modo de vida de suas comunidades. A falta de garantias de acesso ao fundo partidário inviabiliza as campanhas, um contraste direto com candidatos financiados por corporações capitalistas. O interesse pelas potenciais riquezas existentes nas terras demarcadas promove uma articulação nos bastidores, pois todo o processo de campanha está alicerçado no poder econômico.

O processo eleitoral é constituído por ritos e etapas alheios a essa população, é um rito criado pelo “branco” e seu conhecimento dificilmente chega as aldeias. É necessário ressaltar que as políticas de cotas do governo Lula permitiram que em 2020

um pouco desta barreira fosse transpassada, com a informação chegando às aldeias por meio dos beneficiados pela reserva de vagas para povos indígenas nas universidades.

A fundação da APIB, que tem condições de reunir os mais diversos líderes indígenas, é um fator determinante nesse processo. Embora a ideia sofra oposição de alguns integrantes do movimento indígena devido a sua pluralidade, a busca por um parlamento indígena deve ser a meta dos próximos anos de luta. Um parlamento que atue de forma direta sempre que uma pauta ligada a esta comunidade esteja sendo proposta, atuando como uma chancelaria nas decisões que atingem de modo direto esta população.

Organizações passaram a ser responsáveis por uma parte importante da estrutura indígena. Cabe-lhes buscar a defesa de seus territórios da ação de grileiros institucionalizados e muitas vezes chancelados pelo Estado. São estas organizações que passam a definir estratégias para garantir a participação dos parentes no jogo eleitoral, tomando para si um papel que deveria ser feito pelo Estado, o de cuidar, instruir, integrar e pensar em políticas públicas voltadas a estas comunidades.

Em diversos espaços o Bem Viver já começa a ser utilizado como uma forma de governar e cuidar da sociedade e do ambiente de modo eficaz, entender que os problemas sociais, ambientais e sanitários não devem ser tratados de modo separados, mas sim como um único problema em grande parte por uma visão capitalista individualista tem produzidos resultados interessantes. Partindo deste pressuposto de uma simbiose entre o homem e mundo, nasce de modo consistente a possibilidade de uma ruptura das políticas públicas como conhecemos.

Referências

ACOSTA, A.; MARTINEZ, E. **El buen vivir**: Una vía para el desarrollo. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

APIB. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Carta aos Povos Indígenas do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2021/06/14/carta-dos-povos-indigenas-do-brasil-levante-pela-terra/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

APIB. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **APIB**, 2020a. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2020/08/31/candidate-se-indigena-chamado-para-aseleicoes-2020/>>. Acesso em: 11 out. 2020.

APIB. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Movimento indígena apresenta candidaturas nas eleições 2020**. 2020b. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2020/10/15/movimento-indigena-apresenta-candidaturas-nas-eleicoes-2020/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BANIWA, L. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: MEC/UNESCO/ LACED/Museu Nacional, 2007.

BANIWA, A. F. Participação política e políticas públicas para os povos indígenas no Brasil. In: CARDENÁS, V. H. et al. (Orgs.). **Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina**. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.

BONAVIDES, P. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 320, de 2013**. Dá nova redação ao art. 45 da Constituição Federal, criando vagas especiais de Deputado Federal para as comunidades indígenas e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594512>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 23.405/2014, de 27 de fevereiro de 2014. Esta resolução disciplina os procedimentos relativos à escolha e ao registro de candidatos nas Eleições de 2014. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/normas-e-decisoes/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.405>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio**. Quais os critérios utilizados para a definição de indígena? Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Relatório Estatístico das eleições 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 12 out. 2020.

CEPAL GRAFICO. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/infografias/lospueblos-indigenas-en-america-latina>>. Acesso em: 11 out. 2020.

CEPAL. **Dados estatísticos**. Disponível em: <<https://www.cepal.org/ptbr/datos-y-estadisticas>>. Acesso em: 11 out. 2020.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

INESC. **Congresso Nacional permanecerá desigual nos próximos 4 anos**. 2014. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/congresso-nacional-permanecera-desigual-nos-proximos-4-anos/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Potiguara comemoram consolidação política em Baía da Traição**. 2004. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/noticia/13562>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

LIMA, A. C. de S. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: LESSA, C. (Org.). **Enciclopédia da brasilidade**: autoestima em verde amarelo. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2005. p. 218-231.

MARÉS DE SOUZA FILHO, C. F. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 2008.

MENEZES, C.: Juruma, o índio deputado. **Povos indígenas no Brasil**, 2014. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=138813&id_pov=316>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MIGUEL, B. S. A. S. A inserção dos movimentos indígenas na arena política Boliviana: novos e velhos dilemas. **Espaço Ameríndio**, v. 2, n. 1, p. 68, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/3121>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MIRANDA, N. Câmara dos deputados Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 320, de 2013**. Dá nova redação ao art. 45 da Constituição Federal, criando vagas especiais de Deputado Federal para as comunidades indígenas e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos deputados Federal, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594512>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MOSIÑO, E. C. L. Indigenismo e Constituição na Bolívia: um enfoque desde 1990 até os dias atuais. In: AVRITZER, L. et al. **O constitucionalismo democrático latino-americano em debate**: soberania, Separação de poderes e sistema de direitos. São Paulo: Autêntica, 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RAMOS, A. R. **Indigenism**: Ethnic politics in Brazil. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1998.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, H. (Comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones, 1992.

RUBIANO, G. P. Colombia: violencia, interculturalidad y democracia. In: CARDENÁS, V. H. et al. (Orgs.). **Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina**. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2011. p. 141-168.

WAPICHANA, J. Cresce número de prefeitos e vereadores indígenas. **Folha de Pernambuco**, Recife, 21 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/cresce-numero-de-prefeitos-e-veredores-indigenas/21770/>>. Acesso em 12 dez. 2020.

WOLKMER, A. C.; FAGUNDES, L. M. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2011.

Editora CLAE

2021